

ACADEMIA MILITAR

Mestrado em Artilharia

Relatório Detalhado de Actividade Profissional

Tema Seleccionado para Discussão:

“ Programa D Afonso Henriques-Patrono do Exército”

Autor: Tcor Art Reserva José Domingos Nogueira da Silva

Supervisor TCor Art (Doutor) António Rosinha

Lisboa, 13 de Janeiro de 2016



ACADEMIA MILITAR

Mestrado em Artilharia

Relatório Detalhado de Actividade Profissional

Tema Seleccionado para Discussão:

“ Programa D Afonso Henriques-Patrono do Exército”

Autor: Tcor Art Reserva José Domingos Nogueira da Silva

Supervisor Tcor Art (Doutor) António Rosinha

Lisboa, 13 de Janeiro de 2016

Dedicatória

Ao General Vasco Rocha Vieira,
ao General Valença Pinto,
ao General Pinto Ramalho,
ao MGen Hugo Borges e
ao Cor Tms Eng José dos Santos Matias,
ao TCor AM Paraq António Coelho dos Santos
pelo empenho e entusiástico apoio na implementação do Programa D. Afonso
Henriques.

Agradecimentos

Os meus agradecimentos ao Tenente Coronel de Artilharia (Doutor) António Rosinha, por prontamente se ter disponibilizado para ser o meu Supervisor deste Relatório. Pelo estímulo, apoio, paciência, com que me acompanhou na tarefa de orientar no presente Relatório Detalhado. Ao Tenente Coronel, Rosinha, coube a difícil tarefa de transmitir sábios conselhos, apontar pistas de estudo, e transmitir oportunos conselhos metodológicos com que foi acompanhando cada passo desta árdua tarefa.

Agradeço ao Comando do Pessoal todos os documentos que me foram facultados para a realização deste Relatório Detalhado de Actividade Profissional que começou no Centro de Instrução de Artilharia de Cascais e terminou no Museu Militar do Porto.

Ao General Vasco Rocha Vieira pelo apoio e estímulo para a implementação do Clube de Golfe do Exército.

Ao Cor Tir Inf João Ormonde Mendes, em 2008 colocado no Gab do CEME por ter conseguido encontrar uma terceira Modalidade de Acção para implementar este Programa, que desbloqueou o impasse a que tínhamos chegado. Uma decisão sábia e que provou estar correcta.

Ao Cor Eng Tms José dos Santos Matias ter-se disponibilizado para presidir o Clube de Golfe de Exército e assim concretizar um sonho que todos ambicionava-mos mas que ninguém estava disponível para assumir tão grande responsabilidade.

Ao TCor ADMIL Paraq António Coelho dos Santos a experiência associativa e conhecimentos financeiros que partilhou para que esta missão pudesse ser concluída.

Agradeço ao meu amigo Professor Doutor António Regedor, parceiro de golfe pelo incentivo para a realização deste mestrado e para o desafio de passar a escrito a minha experiência na concepção e implementação do PDAH. Agradeço o apoio as palavras amigas o encorajamento para escrever sobre um tema que muito me apaixonou e há mais tempo o deveria ter feito.

Um bem haja a todos.

Resumo

O tema seleccionado para discussão tem origem numa das múltiplas tarefas atribuída ao autor, quando colocado no Comando do Pessoal de constituir e implementar o Programa D Afonso o Henriques – Patrono do Exército (PDAH).

Com a implementação do PDAH estão criadas as condições necessárias para serem constituídos clubes de militares, associações sem fins lucrativos que tenham por finalidade a promoção de actividades de natureza, cultura, desportiva e recreativa.

Palavras-Chave: Associação, Exército, Clube, Família Militar, Programa D. Afonso Henriques.

Abstract

The theme chosen for discussion has its beginning point in the task assigned to the author of shaping and implementing the D. Afonso Henriques Programme – Army Patron (PDAH).

The implementation of the PDAH set the basis and created the conditions for the foundation of military clubs as non-profit associations, aiming at promoting activities such as cultural, nature related, sports and recreational.

Keywords: Association, Army, Club, Military Family, D. Afonso Henriques Programme.

Índice Geral

Dedicatória.....	3
Agradecimentos.....	4
Resumo.....	5
PalavrasChave.....	5
Abstract.....	5
Keywords.....	5
Índice Geral.....	6
Índice das Ilustrações.....	10
Índice das Abreviaturas, Acrónimos e Siglas.....	11
Introdução.....	13
Capítulo I.....	15
1. Conceito Teórico do Associativismo.....	15
2. As teorias que o suportam	17
Capítulo II.....	20
O Associativismo em Portugal e nas Forças Armadas.....	20
Capítulo III – O Tema Seleccionado para Discussão – “O Programa D Afonso Henriques – Patrono do Exército” (PDAH).....	23
1. Importância do tema e justificação da sua escolha.....	23
2. Enquadramento/contextualização.....	23
3. A Implemenação PDAH.....	26
4. Análise dos clubes.....	30
4.1. Clube Náutico Oficiais Cadetes Armada.....	30

4.2. Clube Militar de Caça e Pesca do campo Militar de Santa Margarida.....	31
4.3 Clube de Hipismo Militar <i>Os Lanceiros</i>	32
4.4 Clube Militar – A Casa da República (Brasil)	33
4.5 Propostas apresentadas para a constituição do PDAH.....	33
4.6 Do PDAH aos clubes.....	42
4.7 Dificuldades	46
4.8. Actividades no âmbito do PDAH promovidas pelo Comando do Pessoal.....	48
4.9. Como criar um clube - Associação sem fins lucrativos.....	49
4.10. Competências dos Órgãos Sociais	50
4.11. Ponto da situação do PDAH em 2010.....	52
4.12. Estado actual do PDAH em 2015.....	52
4.13 – Entrevistas com os directores do Programa.....	53
4.13.1. Análise das entrevistas.....	53
4.13.2. Inquérito utilizado.....	54
4.13.3. A análise das respostas.....	58
5.Considerações finais.....	69
Capítulo IV Curriculum Vitae Detalhado.....	71
Resumo Biográfico.....	71
Biographical Abstract.....	72
1.Percurso Académico.....	74
1.1 Graus Académicos.....	74
1.2 Outras habilitações e participações.....	74

1.3 Cursos de promoção na carreira de oficial de Artilharia.....	75
1.4. Outros cursos militares	75
2. Actividade profissional.....	76
2.1. Museu Militar do Porto (20 de Março de 2012 a 30 de Dezembro de 2012)	76
2.2. Comando do Pessoal (2007-2012)	76
2.3. Regimento de Artilharia Nº 5 (2002-2007)	77
2.4. Regimento de Artilharia Nº 4 (2000-2002)	79
2.5. Regimento de Artilharia Nº 5 (1994-2000)	79
2.6. Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea de Cascais (1988 a 1994)	80
2.7. Organizações Externas ao Exército.....	80
2.7.1. Instituto Universitário da Maia – ISMAI.....	80
2.7.2. Aidlern.....	80
2.7.3. Federação Portuguesa de Golfe.....	81
2.7.4. Quality Management Systems Consultores Lda (QMSC)	81
2.7.5. Eco Museu do Barroso.....	81
3. Condecorações e Distinções recebidas.....	81
4. Outras insígnias.....	81
5. Participação associativa e representações.....	81
5.1 Associações.....	81
6. Formação em Língua Inglesa.....	82
7. Orientações de Trabalhos de Investigação Aplicada (2014/2015)	82
Capítulo V - Conclusões.....	83
Capítulo V – Bibliografia.....	86

Anexos.....	88
Anexo A - Carta de Curso em Ciências Militares na especialidade de Artilharia.....	89
Anexo B – Certificado de Formação Profissional.....	91
Anexo C – Certificado Curso de Formação em Centros de Operações de Emergência..	93
Anexo D – Curso de Formação Inicial de Formadores/as Obtenção Certificação Igualdade de Género.....	95
Anexo E – Exploração Pedagógica de Recursos Didácticos.....	97
Anexo F - Utilização do POWERPOINT para o Desenvolvimento de Produtos Interactivos para a Formação.....	99
Anexo G – Curso de Formação Profissional de Gestão de Empresa Agrícola – Planeamento Controlo e Análise Investimento.....	101
Anexo H - Título Profissional de Treinadores Golfe Grau III.....	103
Anexo I - Curso Organização de Arbitragem e Direcção de Torneios Golfe Nível I .	105
Anexo J - Curso de Golf Adaptado.....	107

Índice de Ilustrações

Ilustração 1 - Logotipo inicial do PDAH	28
Ilustração 2 -Atelier de pintura Academia Militar – Lisboa.....	43
Ilustração 3 - Peregrinação a Santiago de Compostela 24 de Setembro de 2010.....	44
Ilustração 4 - Lançamento de livro Montes Ermos.....	45
Ilustração 5 - Torneio de Bridge do Comando do Pessoal.....	45
Ilustração 6 - Primeira reunião do Clube de Golfe do Exército.....	46
Ilustração 7 – Entrevista com os directores do PDAH.....	57

Lista de Abreviaturas, Acrónimos e Siglas

AM – Academia Militar

AEP - Associação Empresarial de Portugal

ANJE - Associação Nacional Jovens Empresários

Art – Artilharia

BrigMec - Brigada Mecanizada

CEE – Clube de Escritores do Exército

CEM – Chefe de Estado Maior do Exército

CEME - Chefe de Estado Maior do Exército

CEMGFA – Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas

CCE - Clube de Ciclismo do Exército

CGE - Clube Golfe Exército

Cmd Pess - Comando do Pessoal

CMSM - Campo Militar de Santa Margarida

CPE - Clube de Pintura do Exército

CIAAC - Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea de Cascais

CNOCA - Clube Náutico dos Oficiais e Cadetes da Armada

CTOE - Centro de Tropas Operações Especiais

DSP - Direcção Serviço Pessoal

EMGFA - Estado maior General das Forças Armadas

EUROMIL - European Organisation of Military Association

EPR - Entidade Principal Responsável

FND - Forças Nacionais Destacadas

IASFA- Instituto de Acção Social das Forças Armadas

IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional

LOBOFA - Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas

NEP - Normas de Execução Permanente

NSR - Novo Sistema de Recrutamento

OCAD - Órgãos Centrais de Administração e Direcção do Exército

PDAH - Programa D. Afonso Henriques

QP - Quadro Permanente

QO - Quadro Orgânico

QSO - Quartel de Santo Ovídio

RA4 - Regimento de Artilharia Nº 4

RA5 - Regimento de Artilharia Nº 5

RC - Regime de Contrato

RC 3 - Regimento de Cavalaria Nº 3

RDAP - Relatório Detalhado de Actividade Profissional

RV - Regime de Voluntariado

TGEN - Tenente General

U/E/O - Unidades, Estabelecimentos e Órgãos

SAM - Serviço Administração Militar

Introdução

Este é um Relatório Detalhado adstrito a uma fase da vida profissional do autor no Comando de Pessoal na função de Chefe da Repartição de Planeamento. Tem por objectivo divulgar as circunstâncias, as condições e o processo tendente a implementar no Exército uma associação sem fins lucrativos com a designação de “ Programa D Afonso Henriques” - Patrono do Exército, sem comprometer os condicionalismos hierárquicos e disciplinares próprios do Exército e o bom funcionamento da Instituição Militar. Explica-se ainda como foi desenvolvido e concretizado de forma reflectida e ponderada o processo de constituição do programa por parte da Chefia do Estado Maior do Exército.

Com a elaboração deste trabalho, pretendemos demonstrar como foram superadas as insuficiências individuais quer ao nível do conhecimento quer ao nível da execução através da junção num grupo das vontades e capacidades individuais. Com este trabalho queremos demonstrar que as boas intenções e relações estabelecidas com a criação do PDAH, não são apenas morais ou sociais mas jurídicas e que perduram ao longo dos tempos.

No capítulo I apresenta-se o conceito teórico de associativismo e as diferentes abordagens ideológicas que o suportam, bem como as teorias do associativismo.

No capítulo II deste trabalho, desenvolve-se e analisa-se o associativismo em Portugal e nas Forças Armadas. O percurso e evolução das associações considerando os diversos momentos históricos da sua criação.

No capítulo III e último deste trabalho, aborda-se a evolução e consideração sobre o PDAH. Apresenta-se o enquadramento e contextualização, análise dos clubes que o constituem, a forma como foram feitas as várias propostas de constituição do PDAH, e ainda a abordagem à actividade realizada e a apresentação de metodologia para a constituição de um clube no âmbito do referido programa. Finaliza-se apresentando e analisando as entrevistas por questionário efectuadas aos responsáveis pelo programa e presidentes dos clubes existentes.

Por fim, cumpridos os objectivos traçados no início do trabalho confirmamos as questões levantadas para implementar o PDAH quanto à dependência financeira do EME e salientamos as principais fragilidades.

Capítulo I

1. Conceito Teórico do Associativismo

O fenómeno associativo é um fenómeno apaixonante da vida em sociedade. A criação de uma associação sem fins lucrativos é um fenómeno social digno de atenção e estudo, pelo que representa para o todo social, para a comunidade em que actua e para os indivíduos directamente envolvidos.

Associar, de acordo com o Grande Dicionário Língua Portuguesa, (1981, p.307), significa reunir em sociedade. Agregar. Tomar como sócio. Aliar pessoas em grupo organizado com um fim comum. O que une este grupo é uma vontade para fazer algo que seja comum a todos os membros que o constituem.

As questões referentes ao associativismo definem o ser humano como ser social, solidário e dependente. A acção de associar surge da necessidade de superar necessidades, de sobreviver. As primeiras formas de associação terão sido a família, a tribo e o clã.

O ¹Código Civil, considera que a associação é uma “Pessoa colectiva de substrato pessoal que não tenha por fim a obtenção de lucros para distribuir pelos sócios”

O associativismo enquanto tal, foi objecto das primeiras análises sociais, nomeadamente em Toqueville² (1972) e Durkheim³ (1977). Referi-los ultrapassa o simples dever académico de análise dos clássicos, pois neles vão entroncar algumas das análises feitas posteriormente sobre este tema.

A tese central de Toqueville (1972) é que o associativismo vem criar novas formas de sociabilidade nas sociedades modernas. Estas novas formas, substituem a sociabilidade das sociedades tradicionais assentes em valores que deixam de ser predominantes.

Nas sociedades tradicionais a integração social dos indivíduos, as suas referências de identidade, geravam-se nas instituições, na trama de relações sociais em que estavam inseridos logo desde a nascença: a família, os grupos de parentesco, a comunidade, as corporações, as relações senhoriais. O indivíduo nunca era visto isoladamente mas integrado nos respectivos grupos de referência. Na passagem para as sociedades modernas dá-se não só uma mudança de valores, das ideias que os agentes sociais fazem

¹ Art. 157 do Código Civil Português 2015/16

² TOQUEVILLE, Alexis de – A democracia na América, Lisboa, Estúdios Cor, 1972

³ DURKHEIM Análises que, convenhamos, se articulam com verdadeiras propostas normativas até mesmo Durkheim Cf. DURKEIM, Emile – O Suicídio, 3ª ed.. Lisboa, Presença, 1982: idem *A divisão social do trabalho*: prefácio à 2ª edição, Lisboa, Presença, 1977.

de si próprios e da sociedade, como a destruição ou transformação das antigas formas de sociabilidade (Viegas, 2004, p.108).

Jean L. Cohen⁴ e Andrew Arato (1997) discutem o conceito de sociedade civil. Estes autores consideram a relevância da acção de actores colectivos, e definem sociedade civil como

“a esfera da interacção social entre economia e o estado, composto acima de tudo das esferas íntimas(especialmente a família), a esfera de associações voluntárias), movimentos sociais, e formas de comunicação pública” (Cohen e Arato,1997,:p.9)

Deste modo, a sociedade civil deixa de ser vista como uma rede de instituições, mas como um contexto e um produto de actores auto constituídos. A este respeito, Avritzer (1994) sustenta que o conceito de sociedade civil aponta para formas modernas de solidariedade (Coelho, 2008).

Para Viegas (2004) a Dinâmica Cultural tem sido tratado no caso português no âmbito da História Económica e Social e, particularmente, nos estudos referentes ao movimento operário. Consideramos que esse é um âmbito de análise que privilegia a dimensão política desse associativismo em detrimento das relações de poder internas a essas associações e a sua importância para a sociedade civil como um actor colectivo e como esfera de interacção social.

Para Sandra Lima Coelho⁵ (2008) Jean L. Cohen e Andrew Arato (1997), consideram a relevância da acção de actores colectivos e definem sociedade civil como

“ uma esfera de interacção social entre economia e Estado, composta acima de tudo de esferas íntimas (especialmente a família) , a esfera de associações (principalmente associações voluntárias), movimentos sociais, e formas comunicação pública“ . (Coelho, 2008, p.3) Com base na apresentação destas contribuições é nosso propósito reconhecer a importância da constituição do Programa D. Afonso Henriques- Patrono do Exército (PDAH) na dimensão integração dos militares na social civil, proporcionar aproximação dos militares em actividades culturais, recreativas e desportivas.

Reconhecer esta capacidade é acreditar que o associativismo dentro do Exército pode ainda ser expandido e aprofundado tendo em vista lidar com a pluralidade e a complexidade do associativismo no interior da sociedade militar.

⁴ Cohen, Jean L. e Andrew, Arato. Civil Society and Political Theory, Cambridge, Massachusetts and London: MIT Press, 1997.

⁵ Coelho, Sandra Lima, Participação social e associativismo em Portugal: breves apontamentos de um estudo de caso de associações de promoção do Comércio Justo, Porto , Universidade do Porto, Faculdade de Letras. Instituto de Sociologia. 2008.

2. As Teorias que o suportam

A formação de associações poderá assumir a forma de os grupos afirmarem a sua identidade e, conseqüentemente lutarem por ela.

As Associações voluntárias, movidas por fins e metas que não se traduzem na obtenção de lucro, geralmente englobam, na sua estrutura, a presença de voluntários, que se mobilizam para concretizar fins sociais.

A eclosão do movimento associativo está também relacionada com uma procura da identidade por parte dos grupos, que veem neste tipo de instituições, meios para mais facilmente alcançarem os seus objectivos (Coelho, 2008, p.4) .

Do exposto podemos inferir que as organizações do tipo associativo são o eixo nuclear de qualquer política de desenvolvimento, na medida em que constituem um pilar decisivo na construção da solidariedade, são a expressão de uma forma de vida em comunidade.

O associativismo é, desta forma, um elemento social importante na medida que desloca as atribuições dos problemas e condições do plano pessoal para o colectivo. As pessoas inseridas em associações desenvolvem sentidos e percepções da vida social que transcendem a dimensão individual e pessoal (Luchmann, 2014, p.165).

De acordo com WARREN (2001, p. 39), foi Charles. Cooley, que no texto de 1964 “Human nature and social order”, quem primeiro diferenciou os três tipos de associações de acordo com a natureza dos laços. Assim, família e amigos são redes de associações primárias, pois desenvolvem relações mais próximas e íntimas.

As associações secundárias, embora também próximas, distanciam-se do tipo de laços de associações primárias e voltam-se para relações que transcendem o mundo individual, como os grupos cívicos, clubes e associações religiosas, entre muitas outras. As associações terciárias seriam os grupos de interesses e profissionais, nos quais os membros são relativamente anónimos entre si e têm pouco em comum além de perseguirem uma mesma proposta científica.

Existem diversos tipos de associações sendo distinguidas pelos seus elementos. A sua diferenciação efectua-se com base em variados critérios, entre os quais a dimensão. O

número de elementos que forma a associação propícia alterações na estrutura e no funcionamento associativo, podendo surgir a necessidade de uma plataforma que faça uma ponte entre os vários membros da organização: a comunicação que estabelece entre os elos da cadeia organizativa (Coelho, 2008, p. 9).

Afirma ainda este mesmo autor que a participação social afirmou-se principalmente em França, nas décadas de 60 e 70 na esfera do trabalho como na do lazer, quer ainda ao nível político. Este fenómeno materializou-se, essencialmente na constituição de associações da mais diversa índole. Esta crescente proliferação do movimento associativo passa a ser encarada como indicador de democratização e maior participação na sociedade civil. Esta eclosão do movimento associativo está, também, relacionada com uma procura de identidade por parte dos grupos, que veem deste tipo de instituições, como é o caso das associações, meios para mais facilmente alcançarem os seus objectivos.

Para Coelho (2008) citando Kellerhals (1974), as associações voluntárias sem fins lucrativos possuem uma divisão interna de trabalho, e regem-se por processos de decisão estipulados e codificados nos seus estatutos. Este autor considera que o advento do capitalismo industrial transformou as relações entre indivíduos, o que os levou a constituir associações. No seu entender as associações também funcionam como veículos de preenchimento de um certo vazio deixado pelos agentes primários de socialização, como a família.

De acordo com Viegas (s.d. p.109), as associações voluntárias permitem que o cidadão se interesse pela gestão da comunidade, pelo destino comum a toda uma nação e vê como extraordinariamente benéfico a multiplicidade de associações com os mais diversos objectivos: educativos, religiosos, reivindicativos, caritativos, morais, recreativos, etc.

Para a defesa do associativismo reveste um carácter muito específico, quer pelo tipo de associações que propõem – as corporações ou agrupamentos de indivíduos pelo mesmo ofício-quer pelos objectivos que lhes estariam consignados na organização social.

Citando o mesmo autor, o associativismo cultural inclui-se dentro do objecto de tratamento do que genericamente é conhecido como sociologia dos tempos livres.

Esta teoria dos tempos livres tem segundo Marie Françoise Lanfant origem “nos Estados Unidos da América no período 1925-1940, correspondendo ao acesso das classes médias a um largo leque de consumos culturais” (Lanfant 1972 p.70).

No trabalho do sociólogo suíço Kellerhals (1974), sobre as associações pretende analisar os factores que levam a um maior ou menor envolvimento associativo dos diversos grupos sociais, bem como captar as modalidades de participação, tendo em vista determinar em que medida o associativismo contribui para a integração social (Viegas [s.d.], p. 113).

Considera este autor que o questionamento mais óbvio a fazer, é quanto à tipologia associativa adoptada, assente essencialmente nos fins prosseguidos. De facto, trabalhar com diversos tipos de associações, tais como religiosas, desportivas, musicais, culturais, desinseridas dos contextos sociais específicos, é cingirmo-nos a distinções, em muitos casos meramente formais. As distinções sociologicamente relevantes prendem-se com o grau de inovação cultural e com a inserção nas relações de dominação subordinação social, que não se podem restringir a estas divisões.

Com o enquadramento teórico exposto não pretendemos apenas realizar uma abordagem teórica às Teorias do Associativismo mas realçar as preocupações e dúvidas das chefias militares à constituição de uma associação sem fins lucrativos com a designação Exército que se poderia transformar num movimento reivindicativo.

Capítulo II - O associativismo em Portugal e nas Forças Armadas

A participação e empenhamento dos portugueses em associações é muito reduzida verificando-se que a maior parte dos portugueses não pertence a nenhuma associação.

Um estudo realizado em 1993 que compara Portugal e o resto da Europa (França -1993) evidencia essa realidade. (Coelho, 2008) considera que o aumento da participação social, em Portugal, ocorre após o 25 de Abril de 1974, em virtude do abrandamento da pressão social e política em que o país se encontrava submergido. Este incremento participativo relaciona-se, portanto, mais com um processo transitório democrático do que especificamente com questões mais direccionadas com a mudança de valores, atitudes e comportamentos (Cruz, 1995).

Coelho (2008), indica Portugal como tendo o mais baixo índice de associativismo por habitante de toda a Europa. No entanto (Carvalho, 2002) afirma que apesar das dificuldades de acção dos dirigentes, as estatísticas apontam para o aumento do número de colectividades, que se verificou logo após o 25 de Abril de 1974, e cuja tendência é a de manter um balanço positivo entre aquelas que são criadas e as que desaparecem.

O associativismo cultural, e social em Portugal continua a persistir como disposição fundamental para a dinâmica social presente. A dinâmica do associativismo nas suas diferentes estruturas fornece um grande contributo dirigido ao interesse geral.

O associativismo militar em Portugal foi difícil de implementar, até pelas razões próprias da natureza da instituição militar. No entanto o empenhamento dos militares na actividade associativa não é diferente do que se passa com outras actividades profissionais. Tendo em consideração a especificidade da natureza da condição militar, foi necessário legislar com clareza para separar as actividades de natureza sindical das de natureza operacional e de comando.

No plano militar, contrariamente ao que acontece na Europa, o fenómeno associativo em Portugal é recente. É de Agosto de 2001 a promulgação da Lei do direito de associação profissional de militares. Trata-se da Lei Orgânica nº3/2001 de 29 de Agosto que veio legitimar a constituição de associações militares. Verifica-se no entanto, que no resto da Europa a actividade associativa é muito mais antiga. A título de exemplo, a

Holanda tem mais de cem anos e na Alemanha há associativismo militar há mais de 50 anos.

O associativismo militar, na Europa, tem um processo de formação e existência mais desenvolvido. Está mesmo estruturado numa organização de associações. É a *European Organisation of Military Association* (EUROMIL). Esta organização Europeia foi fundada em 1972 por representantes das associações alemã, belga, dinamarquesa, e holandês.

Em Portugal, a matéria associativa no seio das forças armadas nunca foi pacífica. O tema foi sempre muito abordado por partidos políticos, foi mesmo avançando contra o parecer das chefias militares. Estas, naturalmente mantiveram-se reticentes à filiação de militares em associações profissionais, mesmo com a reserva de não terem carácter político-partidário nem sindical. A preocupação das chefias militares teria a ver com a percepção da natureza e vocação do associativismo. Havia o receio de que por natural vocação, as associações sempre aspirariam a um protagonismo directo perante o poder político em representação das respectivas classes e à margem das chefias militares (Rodrigues, 2005).

Hoje, considera-se que a constituição de associações militares era um fenómeno inevitável no panorama Europeu em que Portugal se encontra inserido. Não fazia sentido continuar a retardar uma inevitabilidade criando obstáculos à sua concretização. Foi necessário legislar os limites e âmbitos de actuação das associações, ficando claramente definido que não poderiam realizar qualquer actividade de natureza sindical, nem poderiam interferir na cadeia de comando, nem em actividades de natureza operacional.

Neste movimento associativo verifica-se a inversão dos valores economicistas que caracterizam a nossa sociedade, através da intervenção dos cidadãos disponíveis e desejosos de fornecerem trabalho voluntário, economicamente desinteressado e conscientemente assumido (Lima, 2008).

Com a constituição do PDAH o fenómeno associativo militar vem ocupar um campo de actuação que estava por preencher: actuar no âmbito das actividades de natureza,

cultural, desportiva e recreativa com a constituição de clubes militares, associações sem fins lucrativos.

Reconhece-se desta forma a importância do associativismo quer como elemento estruturante da vida comunitária quer como com o aumento do impacto na vida dos militares.

Organizados em clubes os militares, funcionários civis do Exército e seus familiares podem continuar a organizar todas as actividades desportivas, culturais e recreativas minimizando desta forma o impacto económico que tem afectado a família militar nos últimos anos.

Capítulo III – O Tema Seleccionado para discussão - O Programa D Afonso Henriques – Patrono do Exército (PDAH)

1. Importância do tema e justificação da sua escolha

O associativismo no Exército não tem sido alheio às alterações sociais da sociedade portuguesa. O Associativismo social cultural e recreativo surge no Exército por diversas razões. Entre elas está o objectivo de baixar os custos das actividades praticadas pelos seus associados, mantendo elevados níveis de prática desportiva sem que os custos constituam fator de impedimento; ou ainda o encontro e reencontro de militares que praticam a mesma actividade física, social cultural e ou recreativa, reforçando dessa forma a manutenção de elevado espírito de corpo e desenvolvimento dos laços de camaradagem da família militar. Daí que se tenham promovido a constituição dos vários clubes no Exército que designamos: Clube Golfe Exército, Clube Ciclismo Exército, Clube de Escritores Exército e Clube de Pintura Exército.

Neste contexto, o tema seleccionado pelo autor, para discussão do Relatório Detalhado de Actividade Profissional decorre do sucesso que o PDAH está a ter no Exército, aliado ao entusiasmo e dedicação que nutrimos pelo associativismo em geral e pela actividade do golfe em particular, e ainda a disponibilidade demonstrada pelo autor para o desempenho da função de Presidente do Clube de Golfe do Exército.

2. Enquadramento/contextualização

As actividades de apoio social, de moral e bem-estar são actualmente uma preocupação constante de todos os chefes militares. No Exército cabe à Direcção de Serviço de Pessoal (DSP) a coordenação e a execução desta relevante missão: “Desenvolver programas de Apoio Social e coordenar a utilização dos diversos Órgãos e Estabelecimentos do Exército e dos outros Ramos das Forças Armadas, quando disponibilizados, em missões de Apoio Social, com vista ao seu eficiente aproveitamento;

Promover e coordenar o desenvolvimento de actividades culturais, recreativas e de ocupação de tempos livres”. (DR nº 74 de 2 de Julho 2007, Artº 13).

O primeiro clube criado nas Forças Armadas foi o Clube Náutico dos Oficiais e Cadetes da Armada (CNOCA), foi fundado em 1888, por decreto de 7 de Junho, de Sua Majestade El Rei D. Carlos, com a designação de Clube de Aspirantes de Marinha. Em 1927 foi a designação alterada para Clube Náutico dos Oficiais e Aspirantes da Armada. A actual designação data de 1938.

Para além deste clube de patrocínio real, não registamos até ao ano 2008 a tradição no Exército Português de criação de clubes militares – Associações sem fins lucrativos.

A criação do PDAH, foi efetuada ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 4 do artigo 8ª da Lei nº 111/82, Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA), por despacho de S. Exª O Chefe de Estado Maior do Exército, Nº 289 de 30 de Novembro de 2006.

O Exmº Chefe de Estado Maior do Exército (CEME) General Luís Valença Pinto, tendo a percepção do grande dinamismo e projecção da imagem do Exército na sociedade civil que as actividades relacionadas com os clubes poderiam ter, e nomeadamente com a evidência do golfe, que à época já era praticado por número significativo de militares, quer no ativo, quer na reserva e reforma, estavam a ter, considerou necessário criar um Programa que possibilitasse a criação e o enquadramento institucional de clubes-associações sem fins lucrativos.

O referido despacho teve o alcance de atingir dois importantes objectivos. Por um lado proporcionar actividades de natureza cultural, recreativa, desportiva e de ocupação de tempos livres, proporcionando aos militares e aos seus familiares momentos de convívio e de lazer. Simultaneamente o mesmo despacho visava igualmente integrar e disciplinar, a constituição de clubes e associações sem fins lucrativos destinados a apoiar os militares e a família militar do Exército.

O programa é aberto à participação voluntária de qualquer militar, na situação de activo, reserva ou reforma, que poderá apresentar projectos ou propostas que caibam no seu objecto.

A implementação foi realizada por um grupo de trabalho, nomeado pelo Chefe de Estado Maior (CEM), competindo-lhe propor a estrutura de execução do Programa, bem como a respectiva composição e regras de funcionamento.

Reconhecendo a importância da Academia Militar, Rua Gomes de Freire, Lisboa, como local para a implementação do programa, o Exmº CEME determinou que seriam utilizadas as instalações da Academia Militar, o local onde iria funcionar o programa, com o apoio da DSP. Determinou ainda que os elementos que compoñham a estrutura seriam nomeados por despacho do Chefe de Estado Maior do Exército, sob proposta do Director da DSP, formulada após declaração de oferecimento dos interessados.

No citado despacho foi salvaguardado que as actividades desenvolvidas pelos militares fora da efectividade de serviço não conferiam o direito a qualquer contagem de tempo de serviço, garantindo dessa forma não constituir qualquer encargo acrescido para a Instituição.

Sabe-se que este foi o último documento despachado pelo CEME General Valença Pinto mais tarde nomeado para Chefe de Estado Maior General das Forças armadas (CEMGFA).

Com o assumir de funções de CEME pelo General Luís Pinto Ramalho e a implementação na Directiva para o Exército, difunde as orientações, prioridades e linhas de acção (2007 – 2009), atribuindo ao Comando do Pessoal:

“a Implementação até Julho de 2007 do Programa D . Afonso Henriques - Patrono do Exército, para a promoção e desenvolvimento de actividades de natureza cultural, recreativa, desportiva e de ocupação de tempos livres, que contribuam para coesão de todos os elementos do Exército” . (Directiva para o Exército Nº 90 do CEME 2007).

Neste enquadramento o Comandante do Pessoal do Exército Tenente General Eduardo Lima Pinto não tendo no Estado Maior do Comando do Pessoal, militares com experiência de constituição de associações sem fins lucrativos, convida o autor para chefiar a Secção de Planeamento do Comando do Pessoal e atribuiu-lhe a missão de desenvolver a implementação do PDAH.

O percurso profissional do autor no Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea de Cascais (CIAAC), no Regimento de Artilharia Nº 5 (RA5) e no Regimento de Artilharia Nº 4 (RA4) está directamente ligado ao associativismo desportivo e o convite formulado pelo Comandante do Pessoal do Exército, para chefiar a Repartição de Planeamento do Comando do Pessoal, e conceber e implementar o Programa D. Afonso Henriques (PDAH), reflete o reconhecimento institucional e competência neste domínio em particular.

3.A implementação do PDAH

No contexto das diversas associações que o Exército foi implementando tornava-se urgente definir *e encontrar a metodologia e a estrutura adequada ao lançamento do PDAH*. Por despacho do Director da DSP MGen José Carlos Mendonça da Luz, realizou-se na Academia Militar – Lisboa ano dia 18 de Abril de 2007 uma reunião, onde estiveram presentes:

MGen José Carlos Mendonça da Luz, na situação Reserva na efectividade de serviço;

MGen Adelino Matos Coelho, na situação de Reserva na efectividade de serviço;

MGen Alfredo Correia Mansilha Assunção, na situação de Reserva;

MGen Gen José Inácio Sousa na situação de Reserva;

MGen Hugo Vieira Borges, na situação de Reserva;

TCor Artilharia José Domingos Nogueira da Silva, Comandante de Batalhão de Formação RA5;

CAP TPESSECR Gennaro Arturo Eugénio Pugliese jurista da DSP.

(Informação Nº 41/07 de 09 de Novembro de de 2007)

Esta reunião que reuniu os militares com mais experiência e conhecimentos na área do associativismo e no âmbito do apoio social, moral e bem estar. E contou também com o indispensável contributo de militares com experiência em coordenação e supervisão de actividades respeitantes à assistência aos familiares dos militares e funcionários civis do Exército.

Nesta primeira reunião não ficaram esquecidos os militares com experiência em promover e coordenar o desenvolvimento de actividades culturais, recreativas e de ocupação de tempos livres.

Os trabalhos iniciaram-se com apresentação de cumprimentos por parte do Comandante da AM, TGEN Fernando Manuel Paiva Monteiro.

Nesta reunião o autor estava colocado no RA5, a desempenhar as funções de Comandante de Batalhão de Formação, tendo sido convidado a participar devido à sua experiência associativa no âmbito da realização de diversas actividades de natureza desportiva.

Assim foi concluído que para a implementação do Programa seria necessário desenvolver as seguintes medidas: Elaborar um Regulamento do Programa, constituir uma estrutura social, que permitisse a prática de certas modalidades – *Clube Militar do Exército*.

Para que o Programa tivesse visibilidade junto da família militar deveriam ser implementadas as seguintes orientações:

O EME deveria estudar o projecto de Estatutos do *Clube Militar do Exército*, definir objectivos para cada ano. No dia do Exército promover uma exposição alusiva ao Programa e a todas as actividades realizadas. Nomear uma Entidade Principal Responsável (EPR) ao nível dos Órgãos Centrais de Administração e Direcção do Exército (OCADS), Zonas Militares, Forças Nacionais Destacadas (FND) e Unidades.

O CmdPess em coordenação com as Zonas Militares da Madeira e dos Açores deveria promover o Programa junto da família militar. Em coordenação com os restantes OCAD, promover o Programa junto de todas as U/E/O do continente. Estabelecer ligação com todas as entidades. Elaborar um Plano de Actividades e um Relatório Anual até à constituição da direcção do *Clube Militar do Exército*. Realizar reuniões periódicas para avaliação da adesão ao Programa. Estudar a implementação de um boletim informativo visando a difusão das actividades desenvolvidas. Difundir o Programa junto da família militar na Reserva e na Reforma.

A Academia Militar, Rua Gomes de Freire, Lisboa deveria ceder as instalações para instalar o PDAH.

Esta missão foi atribuída ao Maj SAM António Coelho dos Santos, a desempenhar a função de Adjunto da Repartição de Recursos do Comando do Pessoal que elaborou uma proposta de Regulamento do Programa D. Afonso Henriques, um logotipo que aqui se apresenta, e uma proposta do *Clube Militar do Exército*.



Ilustração 1- Logotipo inicial do PDAH

Fonte Informação nº 41/07 de 09NOV07 do EM/ComdPess

O despacho da informação nº 41/07 de 09NOV07 do EM/ComdPess do Exmº CEME General Luís Pinto Ramalho foi o seguinte:

Visto. É necessário impulsionar esta iniciativa. Verifique-se do ponto de vista legal/jurídico a Proposta de Estatuto. Entretanto dinamize-se as actividades

que tem vindo a ser levadas a cabo, através da criação institucional ou de “clubes subsidiários-golf,...bridge,etc,etc.” Estudar também uma localização futura tendo em consideração esta fase inicial de instalação na AM, mas que poderá vir a integrar o “polo” cultural do Exército.“

Como se verifica pela leitura do despacho, há uma percepção do CEME na utilidade, para a instituição militar, da iniciativa proposta. Daí considere dever ser impulsionada, ressalvando todas as cautelas e ponderações jurídicas/legais da proposta de estatuto.

Procura-se assim, salvaguardar todas as implicações e enquadramento jurídico e institucional para os clubes que possam vir a ser criados a partir das actividades que entretanto vinham sendo desenvolvidas, e que naturalmente se veria vantagem que fossem devidamente e regularmente enquadrados pela instituição, e ainda a preocupação tida com a instalação física desses clubes.

O despacho é ainda revelador de uma visão mais ampla e estratégica do processo. Considera que poderá vir a integrar o polo cultural do Exército.

Assim no sentido do cumprimento do referido despacho, tendente a impulsionar o programa, com a devida cautela legal, fomos pesquisar a existência de modelos de programas ou clubes em Exércitos de cultura semelhante à nossa e que pudessem ser tomados por modelos a adoptar com as necessárias adaptações ao caso português.

Ao nível institucional investigamos o modelo brasileiro, entendeu-se ser a realidade mais próxima no nosso objecto de estudo. No entanto considerou-se que o modelo brasileiro, não possuía condições que possibilitasse a sua adopção à realidade portuguesa.

Nesta perspectiva foram analisados os seguintes clubes nacionais: O Clube de Náutico de oficiais e Cadetes Armadas (CNOCA), Clube Militar de Caça e Pesca do Campo Militar de Santa Margarida (CMCPSM), Clube de Hipismo Militar “Os Lanceiros “.

O clube estrangeiro que poderia ter trazido algum contributo na perspectiva de proximidade cultural e organizacional foi a instituição brasileira, Clube Militar – A Casa da República. A razão desta escolha deveu-se ao facto de se tratar de uma realidade de língua e cultura mais próxima da língua portuguesa.

As preocupações em eventuais implicações futuras que a constituição de Clubes Militares do Exército poderiam ter para o Exército, levou a uma pesquisa sobre associações militares em Portugal e estrangeiro, nas vertentes da sua constituição, financiamento, enquadramento e funcionamento.

4. Análise dos Clubes

4.1 Clube Náutico dos Oficiais e Cadetes da Armada

O Clube Náutico dos Oficiais e Cadetes da Armada (CNOCA), foi fundado em 1888, por decreto de 7 de Junho, de Sua Majestade El Rei D. Carlos, com a designação de Clube de Aspirantes de Marinha. Em 1927 foi a designação alterada para Clube Náutico dos Oficiais e Aspirantes da Armada. A actual designação data de 1938.

É uma associação de direito privado sem fins lucrativos e tem por finalidade proporcionar aos sócios a prática dos desportos náuticos, com vista á sua valorização pessoal, e deste modo, melhor servir a Armada. Os estatutos privilegiam a prática das modalidades náuticas. No entanto poderão ser igualmente consideradas outras modalidades que o interesse manifestado pelos sócios justifique.

Esta associação permite, por proposta da Direcção, a criação de *Secções Desportivas* e *Postos Náuticos*, destinados a facilitar e desenvolver a actividade desportiva e manter em estado de perfeita conservação as embarcações e demais material.

Podem ser admitidos como sócios efectivos, oficiais e aspirantes de Marinha. Poderão também ser sócios, os familiares dos sócios efectivos que, na frequência das actividades do clube, nomeadamente nas escolas de formação, revelarem qualidades que os recomendem para serem admitidos como sócios, após atingirem a maioridade.

Podem ser admitidos como sócios auxiliares, os oficiais e cadetes da Marinha que não se inscreveram como sócios enquanto na efectividade de serviço ou que deixaram de ser sócios por motivos que não de ordem disciplinar ou criminal.

Postos Náuticos e Secções Desportivas

O número, localização e designação de Postos Náuticos existentes no Clube Náutico dos Oficiais e Cadetes da Armada (CNOCA) são da competência da Assembleia Geral sobre proposta da Direcção. Para cada Posto Náutico é nomeado, pela Direcção, um sócio encarregado, que usará o título de Director do Posto Náutico. Ao Director do Posto Náutico compete-lhe especialmente agir em estreito contacto com a Direcção, mantendo-se informada da actividade registada no seu posto, guiando-se sempre pelas suas diretrizes.

Ao Director compete-lhe providenciar para que se cumpram integralmente os Regulamentos estabelecidos para as diferentes secções desportivas e quaisquer outras disposições da Direcção. Compete-lhe vigiar e dirigir os trabalhos do pessoal atribuído e procurar que os sócios contribuam com a acção para garantir o estado da eficiência do seu posto. Propor á Direcção os regulamentos que julgue necessários, especialmente os que se derivem de circunstâncias de carácter local. Enviar mensalmente à Tesouraria a conta corrente das despesas realizadas.

4.2 Clube Militar de Caça e Pesca do Campo Militar de Santa Margarida

Ao nível do Exército fomos analisar os Estatutos do Clube Militar de Caça e Pesca do Campo Militar de Santa Margarida, associação com sede no Campo Militar de Santa Margarida, criado em 4 de junho de 1996. Os seus aderentes podem ser os militares do Quadro Permanente (QP) do Exército e aos militares em Regime de Voluntariado (RV) e Regime de contrato (RC) do Exército e civis do Quadro do Pessoal Civil do Exército, em serviço no Campo Militar de Santa Margarida (CMSM). Os sócios militares do QP do Exército poderão estar em qualquer uma das situações, (activo, reserva ou reforma).

A todos é exigido estarem munidos de carta de caçador e demais documentos necessários ao exercício da caça ou da pesca.

Os Órgãos Sociais desta Associação são como é habitual a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal.

Da Direcção faz parte, por inerência de funções, o Adjunto do Brigadeiro Comandante para os assuntos agro-florestais, que exercerá o cargo de Secretário.

No Conselho Fiscal faz parte, por inerência de funções, um elemento do Serviço Administração Militar (SAM) a nomear pelo Brigadeiro Comandante do CMSM.

Após uma análise detalhada dos estatutos desta associação e diversos contactos estabelecidos com os membros dos Órgãos Sociais, verificou-se que nesta associação estava claramente blindado o acesso aos Órgãos Sociais sem aprovação do Comandante da Brigada Mecanizada (BrigMec), em virtude do Presidente da Assembleia Geral ser, por inerência, o Comandante da referida Brigada.

Estamos perante a adopção de um modelo de concentração/acumulação de funções.

4.3 Clube de Hipismo Militar *Os Lanceiros*

O Clube de Hipismo Militar *Os Lanceiros*, é uma associação de natureza desportiva, cultural e recreativa sem fins lucrativos, constituindo um polo de atração e incentivo para a manutenção da atividade equestre tradicionalmente ligada ao Exército. Está localizado em Belém-Ajuda e situado no Picadeiro Brigadeiro Henrique Calado, antigo picadeiro do Regimento de Cavalaria 7, pertencente ao Regimento de Lanceiros 2.

Este clube iniciou as suas actividades em 2002 e tem sido um exemplo de sucesso devido á sua localização e às actividades de excelência desenvolvidas com a sociedade civil. O motivo para não aumentar as suas capacidades / iniciativas e actividade prende-se com as limitações em termos de pessoal, cavalos e horários. Está creditado com duas estrelas, habilitando-se a formar até à *sela quatro*. Futuramente pretende creditar-se com três estrelas, de forma a poder atingir o nível de formação *sela sete*

Este clube surge na sequência do comando do regimento se aperceber que o município de Lisboa estaria a planear retirar parte das instalações utilizadas para equitação. Que o Regimento vinha utilizando para o conjunto das suas funções e nomeadamente a prática de equitação. Com a constituição do Clube de Hipismo Militar *Os Lanceiros*, para além de manterem os terrenos em utilização pelo *Regimento*, possibilitaram a concretização de uma escola de equitação de referência nacional e um importante equipamento de promoção regional de equitação.

Esta associação tem como presidente da Direcção um militar do Regimento com gosto pela equitação e como presidente da Assembleia Geral o Comandante do RL2.

O modelo de constituição dos corpos sociais é similar ao verificado para o Clube Militar de Caça e Pesca do Campo Militar de Santa Margarida.

4.4 Clube Militar – A Casa da República (Brasil)

O Clube Militar, foi fundado em 26 de Junho de 1887, tem sede na cidade do Rio de Janeiro. É uma associação de direito privado, sem fins lucrativos. Tem carácter representativo, assistencial, social, cultural, desportivo e recreativo com atuação em todo o território nacional. Possui sedes desportivas nas cidades de Rio de Janeiro e Cabo Frio. O clube pode criar sucursais em outras localidades e os cargos eleitos não são remunerados. O clube manter-se-á alheio a matéria de religião, política partidária, ou discriminação de qualquer natureza, sendo vedada a cedência das suas dependências para reuniões que objectivem tratar de tais assuntos.

O Clube tem personalidade jurídica distinta da dos seus sócios, os quais não respondem pelas obrigações contraídas pelo mesmo.

O Clube tem por objectivos estreitar os laços de união e solidariedade entre oficiais das Forças Armadas, promover actividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e de assistência social. Facilitar obtenção de moradias sociais. Desenvolver e estimular em carácter federativo os desportos militares, xadrez, ténis de mesa os desportos aquáticos, a prática de camping e outros desportos de interesse de agremiação.

4.5 Propostas apresentadas

Após a análise e estudo detalhado deste conjunto de associações militares sem fins lucrativos existentes em Portugal, a funcionar de uma forma bem estrutura, surgiram duas propostas apresentadas pelo Comandante do Pessoal do Exército ao Exmº CEME, que visam o objectivo a implementação do Programa D. Afonso Henriques (PDAH).

Este grupo de trabalho produziu e propôs três modelos de organização dos clubes, tendo em consideração todas as cautelas e ponderações jurídico/legais bem como a salvaguarda de todas as implicações e enquadramento institucional para os clubes a criar.

Sem dúvida que foi preponderante o estudo dos clubes já existentes na instituição militar portuguesa. O tempo em que surgiram, a sua génese, os objectivos, estatutos sócios e alcance da sua actividade. Tudo isso foi importante para a escolha do modelo que acabou por ser adoptado pelo General CEME Luís Pinto Ramalho.

Proposta A

O Clube Militar do Exército – Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Militares de Exército Português teria personalidade jurídica, com Órgãos Sociais, compostos por Assembleia Geral, Conselho Supremo, Direcção e Conselho Fiscal.

Proposta B

O Clube Militar do Exército teria um Director e uma secção de apoio, cada clube a ser criado teria personalidade jurídica, Órgãos Sociais compostos por Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal, e Regulamento adequado à actividade a praticar.

Proposta apresentada

Após um debate alargado foi elaborada a Informação nº 33/08 de 28 de Janeiro de 2008, com a seguinte proposta:

Para que o PDAH seja implementado é necessário tomar algumas medidas, nomeadamente: Convidar Oficiais Gerais para fazerem parte dos Órgãos Sociais, Elaborar um Projecto de *Estatutos do Clube Militar do Exército*, definir objectivos para cada ano, no dia do Exército promover uma exposição alusiva ao Programa e a todas as actividades do mesmo., nomear uma Entidade Principal Responsável (EPR) ao nível dos Órgãos Centrais de Administração e Direcção do Exército (OCAD), Zonas Militares, Forças Nacionais Destacadas (FND) e Unidades e convidar militares para desempenhar as seguintes funções: Assembleia Geral: Presidente, Vice-Presidente e vogal. Direcção, Presidente MGen, Vice-Presidente, Tesoureiro, Secretário, Vogal e Conselho Fiscal composto por Presidente, e dois Vogais.

Ao Comando do Pessoal foi atribuída a seguinte missão, “Em coordenação com a Zonas Militares da Madeira e dos Açores, promover o Programa junto da família militar. Em coordenação com os restantes OCAD promover o PDAH junto das Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Continente. O EM do Comando do Pessoal constituir-se como ligação a todas as entidades. Através do EM/Cmd Pess elaborar um plano de actividades e um relatório anual das actividades, até à constituição da direcção do *Clube Militar.*”

Através do EM/CmPess conduz reuniões periódicas para avaliação da adesão ao programa e corrige desvios. Através da DSP, equacionar a possibilidade de implementação de um boletim informativo das actividades desenvolvidas pelo Programa. Através da DSP, difundir junto da família militar na Situação de Reserva e Reforma a existência do Programa. A Academia Militar deveria ceder as instalações para apoio ao Programa.

Projecto de Estatutos *Clube Militar do Exército*

Foi elaborado um projecto de Estatutos do *Clube Militar do Exército* que seguiu em anexo, que contemplava a existência de um do Clube com Órgãos Sociais composto por Assembleia Geral, Conselho Supremo, Direcção e Conselho Fiscal. Onde o Conselho Supremo é um Órgão de natureza consultiva, cujos pareceres têm carácter vinculativo e composto por: Quatro Oficiais Gerais, e de uma a três entidades civis a serem convidadas pela Chefia Militar. Ao Conselho Supremo compete dar parecer sobre: Plano anual de actividades, da associação e respectivo orçamento; Planos anuais de orçamentos para os núcleos; O relatório de gestão e contas de exercício do ano anterior; Composição dos órgãos directivos dos núcleos, Propostas de criação de núcleos e sua extinção, Regulamentos internos da associação e dos núcleos; Celebração de quaisquer contratos por parte da associação ou dos seus núcleos.

Projecto dos núcleos

Os núcleos são criados por deliberação da Direcção, após parecer favorável do Conselho Supremo, sobre proposta de, no mínimo cinco associados.

Os núcleos podem especializar-se numa actividade desportiva, ou cultural concreta ou apresentarem um âmbito genérico, mas corresponderem a uma individualização local ou regional. Os núcleos são geridos por órgãos directivos compostos por um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro, eleitos por uma Assembleia dos seus membros, após parecer favorável do Conselho Supremo, salvo se outra orgânica for exigida pela federação em que o núcleo pretenda aderir.

O funcionamento dos núcleos deverá ser alvo de regulamentação.

O despacho do Exmº CEME de 10 de Março de 2008, foi o seguinte: “*Urgente, face ao arrastamento deste assunto, o Comando do Pessoal deve estudar duas opções para o*

desenvolvimento do PDAH. Uma já foi objecto de um parecer jurídico no que toca à criação de um Clube, como entidade autónoma. A outra deve considerar a sua integração na DSP.(vantagens e inconvenientes em cada M/A, e qual a mais viável e adequada aso objectivos do programa.

Para responder ao solicitado foi elaborada a Informação nº412 de 19 de Março de 2008 com três Modalidades de Acção (M/A):

Para operacionalizar o PDAH poderão levantar-se três modalidades de acção com as respectivas vantagens e inconvenientes:

Modalidade de Acção 1: “PDAH integrado no Exército”

Definição:

Operacionalizar o PDAH através da actual estrutura orgânica do Exército.

Conceito:

Na dependência da DSP ou através de outro Oficial responsável (EPR) pelo PDAH, com outra dependência hierárquica a definir) existiria um número de Núcleos equivalente às modalidades culturais/desportivas que se pretendessem implementar, cujo responsável cumulária com outras funções ou seria um Oficial na situação de reserva – não podendo estar na situação de reforma.

Cada um dos Núcleos seria responsável, através de um responsável (EPR), por dinamizar, propor e implementar a respectiva actividade específica – programa anual de actividades, necessidades de recursos (infra-estruturas, equipamentos, recursos materiais e financeiros, apoios de U/E/O do Exército, etc.), definição de responsáveis (EPR) pela implementação das actividades, etc..

O Programa global PDAH seria o somatório dos programas sectoriais (dos Núcleos específicos), propostos pelos Núcleos, após aprovação final pelo Gen CEME.

Os Núcleos sectoriais seriam detentores de iniciativa própria (programa de actividades), podendo firmar protocolos de cariz financeiro com mecenas e “sponsors”, apenas através das estruturas do Exército. Não havendo “sponsors”, o Exército teria de custear as suas actividades.

Nesta m/a não poderia ser exigido o pagamento de quotas. Uma vez que os recursos do Exército são limitados e porventura insuficiente, a implementação dinâmica das actividades departamentais seria restringida - por exemplo, a realização de competições (internacionais e nacionais) interclubes/inter-Ramos, etc..

Vantagens

Operacionalização do PDAH através da organização e das estruturas actualmente existentes no Exército, aproveitando os seus recursos (financeiros, materiais, pessoal, equipamentos, prémios, “*souvenirs*”/lembranças, e apoios das U/E/O), que podem ser disponibilizados.

O Gen CEME pode intervir, sem limitações, em qualquer momento.

Inconvenientes

Eventual estagnação ou retracção das actividades dos Núcleos, por insuficiência de recursos existentes ou disponibilizados pelo Exército, para além da impossibilidade de obtenção de recursos próprios adicionais (à excepção, quiçá, do estabelecimento de protocolos pontuais com entidades privadas) e, por consequência, um menor dinamismo do PDAH que poderá culminar com o desaparecimento de algumas das suas actividades.

Impossibilidade de ter Oficiais na situação de reforma (só oficiais na situação de efectividade de serviço) como responsava pelos Núcleos – o que pode eventualmente ter implicações, por exemplo, na criação do “Núcleo de Reflexão Estratégica”.

Modalidade de Acção 2: “PDAH através de um Clube Militar do Exército ”

Definição

Operacionalizar o PDAH através da criação do “Clube Militar do Exército”, de acordo com a proposta mais recente do Comando do Pessoal.

Conceito

O Clube Militar do Exército teria um conjunto de Núcleos em número equivalente às modalidades culturais/desportivas que os sócios pretendessem implementar, com órgãos directivos que seriam os responsáveis pela sua dinamização.

Os sócios pagariam quotas (pelo menos os Núcleos que assim o pretendessem poderiam ter essa possibilidade).

O Gen CEME, através do Conselho Consultivo do Clube Militar (com autoridade para dar pareceres vinculativos) e dos 4 Oficiais-Generais que o integram, poderia veicular as suas orientações e prioridades para o PDAH.

O apoio do Exército ao Clube Militar deverá ser estabelecido através de um protocolo entre si.

Vantagens

Possibilidade de maior dinamismo do Clube Militar (ou pelo menos de alguns Núcleos) que, dispondo de mais recursos (os que o Exército pudesse disponibilizar, acrescidos de verbas próprias – quotas dos sócios e doações de *sponsors*) –, teria maior capacidade de expansão e dinamização das suas actividades.

Possibilidade de haver em funções de Direcção do Clube e/ou dos Núcleos Oficiais na situação de Reforma.

Torna-se mais fácil a promoção, o desenvolvimento e a coordenação de actividades no âmbito da moral e bem-estar do pessoal, com reflexos na sã camaradagem e no convívio da família militar.

Inconvenientes

Ausência de qualquer grau de autoridade legal/jurídica por parte do Gen CEME sobre o Clube Militar, uma vez que o Clube é uma entidade privada (associação de direito privado), exterior ao Exército, dotada de personalidade jurídica própria, com estatutos e órgãos de decisão próprios.

Contudo, as suas orientações poderiam ser veiculadas, de forma informal e oficiosa, através do Conselho Supremo, que dá pareceres vinculativos sobre as actividades do Clube Militar (ver proposta do CmdPess). Os 4 Oficiais-Generais que integram o Conselho Supremo poderiam ser da confiança pessoal e “nomeados” pelo Gen CEME.

Por outro lado, é necessário ter-se presente que o Clube Militar do Exército não teria qualquer interesse em incompatibilizar-se com o Gen CEME. Pelo contrário, teria todo o interesse em manter as melhores relações com a única organização que lhe poderá prestar apoio permanente e efectivo.

Por outro lado, o estabelecimento de um protocolo entre o Exército e o Clube Militar, nomeadamente para a disponibilização de infra-estruturas para a sede do Clube, segundo a lei, com carácter meramente temporário e transitório, constituiria um instrumento de pressão permanente à disposição do Gen CEME, que poderia anular o dito protocolo a qualquer momento, com consequências gravosas para o Clube.

Modalidade de Acção 3: “PDAH integrado no Exército + Clubes Sectoriais”

Definição:

Operacionalizar o PDAH através da DSP/CmdPess (ou outra EPR) e, em simultâneo e de acordo com as necessidades e iniciativas sectoriais, criar clubes específicos para determinadas modalidades culturais/desportivas/etc. (Exemplo: Clube de Golfe do Exército), cujas entidades directivas teriam duplo-chapéu (na DSP e no Clube respectivo).

Conceito:

Compatibilizar a m/a 1 com a possibilidade de criação de clubes militares sectoriais, com os quais o Exército estabeleceria protocolos, tendo em vista garantir os apoios necessários do Exército, conferindo ao Gen CEME a possibilidade de dar as suas orientações (através do respectivo “Conselho Supremo”).

A Direcção de cada Núcleo da m/a 1 poderia ter “duplo-chapéu”, acumulando com a direcção dos clubes militares sectoriais.

Vantagens

Comando completo do Gen CEME sobre todas as actividades inseridas no PDAH, excepto sobre as que forem continuadas no âmbito de clubes militares sectoriais, caso em que o Gen CEME poderá dar as suas orientações e exercer a sua influência através dos Oficiais-Generais que integram o respectivo Conselho Supremo.

Possibilidade de os diversos Núcleos imprimirem a sua própria dinâmica, de acordo com as suas ambições e objectivos.

Inconvenientes

A constituição de vários clubes sectoriais, podendo levar ao estabelecimento de idêntico número de protocolos com o Exército, passando a haver diversos interlocutores com o Exército, agravando a burocracia, a multiplicação de requisitos e necessidades em recursos, etc., desnecessariamente.

Após uma análise criteriosa das vantagens e inconvenientes, propôs-se a Modalidade de Acção 2, *Operacionalizar o PDAH através da criação do "Clube Militar do Exército", de acordo com a proposta mais recente do Comando do Pessoal.*

Modalidade Aprovada 3

O Exmº General CEME de 29 de Abril de 2008, aprova a Modalidade 3, com o seguinte despacho *O lançamento do PDAH , não pode deixar de ser efectivado com ponderação e controlo, aproveitando a experiencia já adquirida durante o ano de 2006/2007. Implemente-se a modalidade 3, como forma inicial de, no futuro, aprofundar e autonomizar este projecto.*

A preocupação fundamentada do Exmº CEME apoiado pelo Gabinete Jurídico pretendia não comprometer o Exército com encargos e compromissos realizados pelos clubes, que o CEME não podia nem estava em condições de assumir.

Com aprovação da MA3, foi elaborada uma proposta de Regulamento Interno, que definia claramente que o PDAH se destinava a pessoal militar, civis e seus familiares. Os elementos que compõem a estrutura seriam nomeados pelo General CEME, sob proposta do Director DSP.

Com este despacho o PDAH começa a ter contornos mais esclarecedores e definidas claramente algumas actividades em que o Programa assentaria.

No âmbito cultural tem como objectivos promover a emergência de novas ideias, novas formas de expressão artística de autor, bem como novas formas de produção e visibilidade das mesmas.

No âmbito Recreativo e Ocupação de Tempos Livres, tem como objectivos fomentar o encontro da família militar no activo, na reserva e na reforma e proporcionar a ocupação de Tempos Livres.

No âmbito Desportivo, fomentar o encontro da família militar, no activo, na reserva e na reforma. Proporcionar Ocupação de Tempos Livres. Incentivar a promoção da prática desportiva e dinamizar e promover actividade desportiva junto das comunidade militar contribuindo assim para proporcionar melhores condições de vivência, maior sucesso e simultaneamente reforçar a imagem institucional.

Para a implementação com sucesso do programa foram propostas as seguintes medidas para o sucesso: Publicação do programa em todas as Unidades Militares, internet, messes militares IASFA. Definir objectivos para cada ano. Implementar o Programa nas ilhas e em todas as Unidades do continente. Implementação do programa nas FND. Todos os actos de participação militar devem ter uma alusão ao programa. Criação de um logotipo. Realizar reuniões periódicas para avaliar da adesão ao programa e corrigir desvios. Elaborar um plano de actividades e um relatório anual das actividades. Nomeação de uma EPR ao nível dos OCAD, ZM, FND e Unidades. No dia do exército fazer uma exposição de todas as actividades desenvolvidas nesse ano.

Despacho final

Com o despacho final relativo á proposta de regulamento interno ficou clarificado como seria operacionalizado e dinamizado o Programa. O Programa assentaria nas seguintes actividades: Cultural, Recreativa, Desportiva e ocupação de tempos Livres, onde estava prevista autonomização dos clubes como associações sem fins lucrativos e com personalidade jurídica.

Tendo como base este despacho e a definição de que as actividades seriam organizadas em clubes, dependendo directamante do Director do PDAH. Em 8 de Agosto de 2008 pelo despacho N° 160/CEME/2008, foi nomeado Director do Programa o Major-General Hugo Eugénio dos Reis Borges, na situação de reserva, ficando colocado no Gabinete do CEME.

4.6 Do PDAH aos clubes

Neste contexto, dá-se o enquadramento institucional em programa próprio para os clubes já existentes. Como vimos há clubes já desde 1888 (Clube Náutico dos Oficiais e Cadetes da Armada (CNOCA). E enquadra especialmente os que são criados posteriormente. Neste grupo são exemplos o Clube de Golfe do Exército, o Clube Escrita e o Clube de Ciclismo

A criação de associações de interesses específicos teria necessariamente de ser enquadrada legal e estruturalmente no quadro da Estrutura do Exército. O enquadramento legal do Programa Dom Afonso Henriques é suportado pelo disposto na alínea a) do nº 4 do artigo 8ª da Lei nº 111/82 , Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA).

Após o Despacho de institucionalização do Programa D. Afonso Henriques vieram, como era seu objectivo a formar-se clubes. Logo no ano seguinte formou-se o Clube de Golfe do Exército e o Clube Artes e Letras do Exército.

Impulsionou-se a formação de clubes, estão neste grupo de clubes impulsionados pelo PDAH o Ciclismo, Bridge, o Caravanismo e o Escritores.

Sendo que alguns não evoluíram para situações de associações com personalidade jurídica, registou-se com sucesso o Clube de Golfe, Clube de Artes e Escrita e o Clube de Ciclismo.

No caso concreto do Clube de Golfe do Exército, havia, como já foi referido, um grupo de militares que por iniciativa própria e isoladamente jogavam golfe. A importância do Programa D. Afonso Henriques revestiu-se para estes militares na possibilidade de o fazerem colectivamente e enquadrados na instituição militar. E daí a formalização do clube em 2008 no âmbito do objectivo e acção do PDAH. A formação deste clube no seio do Exército e sob o enquadramento institucional do PDAH é o melhor exemplo da importância da decisão de criar o Programa D. Afonso Henriques. Desta forma foi possível dar corpo colectivo e organizado dentro da família militar, de um conjunto de desportistas que tinham no golfe um dos seus pontos de interesse. Dessa forma organizada dão hoje visibilidade e prestigiam ao Exército. Interagem com outros clubes, campos de golfe e outros desportistas, aproximando-os da instituição militar,

promovendo o seu conhecimento, respeito e estima em relação ao exército. Verifica-se ser uma excelente forma de aproximar o Exército de um conjunto largo de cidadão.

Artes e Pintura

Na Academia Militar - Lisboa, existia um grupo de militares que realizavam actividades de pintura e escultura. Efetuavam trabalhos de pintura e escultura e promoviam exposições, que proporcionavam a troca de ideias e opiniões sobre as obras realizadas. Com este histórico em 2009 foram realizadas diversas exposições de pintura.

A exposição realizada no Dia do Exército que se comemorou em Braga em 2008 e permitiu aquilatar e potenciar da potencialidade do projecto. Assim em cooperação com a Liga dos Combatentes foi efectivada uma exposição no dia do Combatente e outra no Forte do Bom Sucesso. No mesmo ano esteve patente no Porto uma exposição de pintura durante as comemorações do Dia do Comando do Pessoal.

Os artistas militares realizaram no RC6 em 2008 um atelier de artes plásticas com designação *Os 300 anos do RC3*, onde revelaram ao público a sua sensibilidade artística e o rigor dos seus trabalhos. Este grupo de artistas mais tarde vem a constituir-se no clube de Artes e Letras do Exército.



Ilustração 2 – Atelier de pintura Academia Militar - Lisboa

Ciclismo

Um grupo de militares que se encontrava periodicamente, para realizar a nível nacional programas de ciclismo apoiados nas Unidades Militares, foi convidado a integrar o PDAH e incentivado a realizar uma Peregrinação Militar a Santiago de Compostela. Face ao enorme sucesso e adesão que esta iniciativa teve foi organizada de seguida Peregrinação Militar a Lourdes.



Ilustração 3 – Peregrinação a Santiago de Compostela 24 de Setembro de 2010

Clube de Artes e Letras do Exército

Inserido nas comemorações do dia do Comando do Pessoal, o TCor SGE António Lopes apresenta no Salão Nobre do Comando do Pessoal uma coletânea de contos de índole regionalista que reflectem de acordo com opinião do autor o custo da interioridade. Com esta iniciativa deu-se o primeiro passo para a constituição do Clube de Artes e Letras do Exército.

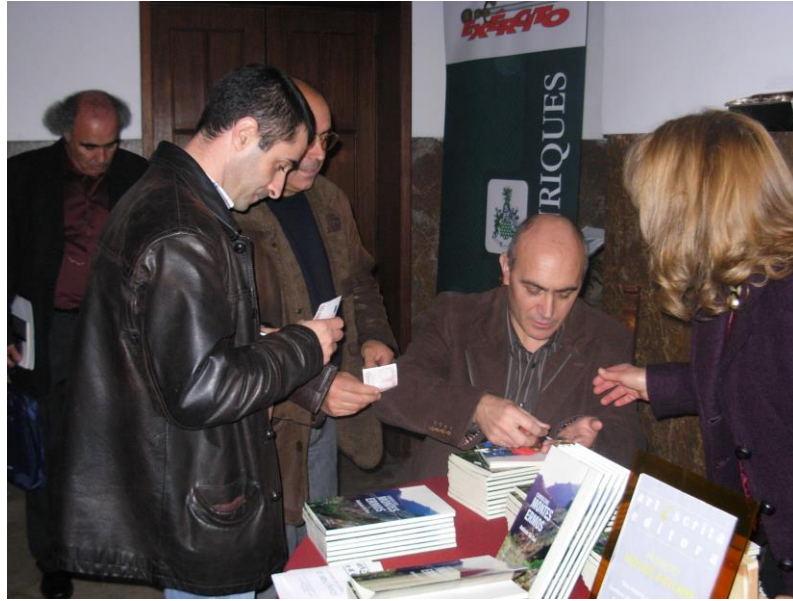


Ilustração 4 – Lançamento de livro Montes Ermos

Bridge

Durante as comemorações do Dia do Comando do Pessoal foi organizado no CAS Porto o um torneio de Bridge destinado a promover o convívio entre os militares e os Clubes de Bridge do Porto, com a finalidade de constituir o Clube de Bridge do Exército.



Ilustração 5 – Torneio de Bridge do Comando do Pessoal

Clube de Golfe do Exército

Desde Maio de 2003 que um grupo de militares realizava todos os anos um torneio de golfe inserido nas comemorações do dia do RA5 em Vila Nova de Gaia.

Organizaram-se vários cursos de iniciação no Campo de Golfe Quinta do Fojo, por ser o campo mais próximo do Quartel da Serra do Pilar.

Com deslocação a Portugal de um grupo de jogadores de golfe dos *Royal Marines Golf Society*, os militares Portugueses com o apoio do PDAH realizaram no campo de Golfe Ribagolf II em Samora Correia, Benavente, uma confraternização com cerca de duas dezenas de jogadores.

Em 25 de Novembro de 2008, é constituída na Conservatória do Registo Comercial do Porto a Associação Clube de Golfe do Exército, NIPC 508808243.



Ilustração 6 – Primeira reunião do Clube de Golfe do Exército, tirada no I Torneio CTOE em Montebelo-Viseu, 21 de Abril de 2007

4.7 Dificuldades

No final do ano 2008 foi realizada uma reunião com a presença do Director do PDAH, MGen Hugo Borges, o autor, um representante da DSP TCor Inf Carlos Alves Catarino Boaventura, um representante do CF Cmd Pess TCor ADMIL Jorge Mota Santos, o Maj ADMIL António Coelho dos Santos onde foram apresentadas as seguintes conclusões

Para que o Programa seja consolidado é necessário a constituição de clubes militares à semelhança do que já foi concretizado com a criação do Clube de Golfe do Exército.

Não é possível implementar o Programa sem a existência de um orçamento e autonomia financeira.

Torna-se necessário aplicar o Programa à Zona Militar dos Açores e à Zona Militar da Madeira.

Orçamento

Em 11 de Fevereiro de 2010 decorreu na Direcção de Serviços de Pessoal (DSP), uma reunião com as seguintes presenças: TGEN AGE Eduardo Manuel de Lima Pinto, MGEN Hugo Eugénio dos Reis Borges – Director PDAH, MGEN Adelino Rosário Aleixo – Director DSP, Cor ADMIL Francisco António Coelho Nogueira – Chefe CFin CmdPess, Cor ART José Duarte Velosa Trindade – Subdirector DSP, Cor INF José António Coelho Rebelo – Chefe Gab TGEN AGE, TCor INF Carlos Alves Catarino Boaventura - Chefe RAS/DSP, TCor ADMIL Jorge Eduardo Mota Santos – Subchefe CFin Cmd Pess e o autor.

A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:

Apresentação das actividades para 2010 pelo MGEN Hugo Borges, Director do Programa D. Afonso Henriques;

O Clube de Golfe do Exército, pelo autor;

Actividades financiadas pela reserva do Gabinete TGEN AGE em 2009 pelo TCor ADMIL Mota Santos, Subchefe CFin CmdPess;

O Plano de actividades 2010 – PDAH, actividades planeadas e não financiadas pelo TCor ADMIL Mota Santos, Subchefe CFin CmdPess;

Os patrocínios do Banco Santander Totta pelo Cor ART Trindade, Subdirector da DSP e conclusões pelo TCor ADMIL Mota Santos.

Desta reunião foi elaborada a seguinte proposta:

Por despacho verbal do Exmº Chefe de Estado-Maior do Exército foi atribuída a verba de cinquenta mil euros, ao PDAH.

Para o Programa ser implementado é necessário que a DSP seja dotada dos 50.000,00 €.

Esta verba destina-se a ser aplicada nas actividades de natureza, cultural, recreativa e desportiva para potenciam e consolidam o aumento da moral e bem-estar do pessoal, com reflexos na sua camaradagem e no convívio da família militar.

O despacho do CEME foi atribuição desde já da sua reserva da importância de trinta e cinco mil euros.

4.8 Actividades no âmbito do PDAH promovidas pelo Comando do Pessoal

A partir de 2009, o Comando do Pessoal na senda do cumprimento do seu programa cultural, lançou várias actividades, enquadradas no “Programa D. Afonso Henriques” . Estas actividades tem tido muita afluência de um público muito diversificado. Desde o lançamento do livro “Contos dos Montes Ermos”, uma colectânea de contos de índole regionalista, mas que reflectem, na perspectiva do autor, António Sá Gué, o custo da interioridade no nosso País, até à dinamização da actividade de pintura na Academia Militar - Paços da Rainha têm merecido por parte das entidades convidadas e intervenientes o maior dos elogios e, desta forma, o Comando do Pessoal se vem implantando de uma forma harmoniosa no Quartel de Santo Ovídio (QSO) .

O ciclo de Conferências lançadas por altura da do dia do Comando do Pessoal e da DARH: *A Saída da Família Real para o Brasil*, *a Conquista de Lisboa*, em coordenação com a Liga de Amigos do Museu Militar do Porto, o Comando de Pessoal pretende continuar a lançar, todas elas encheram o salão nobre do QSO e, a fazer fé no número de comentários/perguntas que aconteceram no período de debate, muito interesse suscitaram. Todo este interesse está pode dizer-se directamente relacionado a alta qualidade de painel de convidados e, bem como o toque de cariz militar que os conferencistas sempre puseram na sua intervenções, prendendo, também desta forma, a atenção das assembleias que, como se calcula, era maioritariamente militar.

O Clube de Golf do Exército, que vai fazer em Março 2009 um ano de existência, tem vindo a ganhar adeptos de uma forma exponencial é, já hoje, uma realidade bem visível

dentro da vertente desportiva do referido programa, transformando-se assim num ponto de encontro desportivo, de lazer e de troca de experiências que enriquecem e ajudam na tomada de decisão.

Com experiência adquirida com a criação do CGE, considerou-se adequado elaborar um memorando que serviria de base a constituição de clubes, associações sem fins lucrativos e a ser distribuído a todos os que demonstrassem interesse em constituir um clube inserido no PDAH.

4.9. Como criar um clube

Para criar um clube dentro do Programa D. Afonso Henriques é necessário reunir um grupo de militares ou funcionários civis com o mesmo objectivo, ou interesse com um projecto comum e que comecem a pensar o que pretendem para a associação.

Memorando

Como fundar um clube - Associação sem fins lucrativos.

Corpo organizado

Para se constituir o clube é necessário no mínimo seis pessoas.

Cada órgão do clube tem competências diferentes específicas e determinadas estatutariamente:

Organização pessoal

Ter personalidade jurídica.

Realizar uma reunião com a presença dos interessados em constituir a associação e aprovado um Regulamento Interno.

Nessa reunião serão escolhidos os membros que compõem os seguintes órgãos: Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal. No mínimo serão três por cada órgão num total de nove elementos.

Dirigir-se a um notário ou à “Empresa na Hora” e marcar uma data para fazer uma escritura pública (a acta pode ser necessária ou não). Nesta escritura é necessário a presença de três pessoas do clube ou alguém com a sua procuração;

Dirigir-se às Finanças, solicitar o Numero Individual de Pessoa Colectiva.

4.10. Competências dos Órgãos Sociais

Da Assembleia Geral:

- Aprovar os estatutos e os regulamentos internos;
- Aprovar alterações de estatutos e de regulamentos internos;
- Eleger os corpos gerentes;
- Deliberar sob a aprovação do plano de actividades e orçamento, após proposta de Direcção;
- Deliberar sob aprovação ou não do relatório de actividades e de contas apresentados pela Direcção, bem como o parecer do conselho Fiscal;
- Fixar a joia e quota de associação sob proposta da direcção;
- Deliberar sobre adesão a outras associações;
- Expulsar sócios sobre proposta da direcção;
- Apreciar e deliberar sobre outros assuntos de interesse para a vida da associação;
- Deliberar sobre a extinção da associação.

Da Direcção

- Elaborar o plano de actividades e o respectivo orçamento;
- Elaborar o relatório de actividades e de contas;
- Administrar as actividades e assegurar a gestão dado clube;
- Cumprir e fazer cumprir os estatutos e o regulamento interno;
- Promover e executar as actividades;
- Representar interna e externamente o clube;

- Elaborar os regulamentos internos e as propostas de alterações dos estatutos e de regulamentos internos a serem submetidos aprovação da Assembleia Geral;
- Organizar os serviços e gerir recursos humanos, nomeadamente admitindo e despedindo pessoal;
- Gerir as receita se as despesas, designadamente adquirindo móveis e imóveis sendo que neste caso é necessário a autorização da Assembleia Geral;
- Manter actualizada e em ordem a contabilidade;
- Exercer o poder disciplinar no clube, sendo que as expulsões por violação dos estatutos carecem de rectificação da Assembleia Geral, a menos que os regulamentos atribuam esse direito exclusivamente à direcção.
- Outras competências que decorram da lei, dos estatutos ou por mandato específico atribuído por deliberação da Assembleia Geral.

Do Conselho Fiscal

O órgão de fiscalização do clube é o Conselho Fiscal. Tem as seguintes competências:

- Examinar a escritura da Associação;
- Dar parecer sobre o relatório e as contas apresentadas pela Direcção;
- Fiscalizar a actividade financeira do clube, apenas e somente no respeitante ao cumprimento da lei e nunca dos actos praticados.

Aspectos relevantes da constituição do clube

Os estatutos devem ser o mais simples possível.

Os estatutos podem prever ainda outros aspectos designadamente de natureza consultiva.

O Regulamento Interno será elaborado após aprovação dos estatutos. Nesse documento é que deverá constar as especificidades do clube.

4.11. Ponto da situação Janeiro 2010

Após uma análise detalhada das actividades realizadas durante o ano de 2009 foram adquiridos os seguintes ensinamentos.

Pese embora a pertinência e elevada assistência do ciclo de conferencias realizadas no Comando do Pessoal, o facto de as mesmas só terem sido efectuadas no Porto, acaba por apresentar um caracter apenas regional, pelo que se deve considerar equacionar o desdobramento das mesmas. Há necessidade de uma maior interligação com o Jornal do Exército visando uma maior projecção das actividades desenvolvidas.

O programa de actividades para 2010 orçamentado para cinquenta mil e trezentos euros contempla a criação de um site para o PDAH, a realização de um ciclo de conferencias de Gestão de Recursos Humanos, Peregrinação Militar de bicicleta a Lourdes, e a Santiago de Compostela, visitas a Unidades Militares pelos militares na Reserva e Reforma, quatro Seminários, quatro exposições, uma exposição fotográfica e de pintura, Cursos de iniciação ao golfe, Lisboa e Porto o apoio ao Circuito de golfe do Exército composto por dez torneio de golfe.

Com orçamento próprio o PDAH conseguiu planear, promover e divulgar as suas iniciativas.

Em 12 de Novembro de 2010 é constituído o Clube de Artes e Letras do Exército

4.12. Estado actual do PDAH em 2015

Durante o ano de 2015 o PDAH apoio diversas actividades, desde o desporto à cultura e entretenimento.

Adquiriu e apoiou o lançamento das seguintes publicações: Biografia do Major Caldas Xavier, Batalha de Montes Claros, os Engenheiros Militares na Ilha de S. Miguel. Apoiou o Concerto de Musica Erudita no Regimento de Manutenção no Entroncamento. Apoiou a Exposição de Artes Plásticas, através de cedência de espaços e restauros com o Vitral do RI14. Apoiou a Investigação na História Militar. No desporto apoiou a equipa do Exército na Meia Maratona de Lisboa e a Equitação através do concurso de saltos

Em 2015 o Clube de Ciclismo do Exército realizou a prova da Senhora da Graça, Santiago de Compostela e Serra da Estrela e prevê realizar até final do presente ano Abrantes – Vila de Rei, que tem como objetivo alcançar o Centro Geodésico de Portugal, Vila de Rei, pondo à prova as características e os valores que são apanágio da família militar.

O Clube de Golfe do Exército realizou 12 torneios de golfe em Portugal Continental, um torneio na Zona Militar da Madeira e um na Zona Militar dos Açores. Com o patrocínio do Santander Totta apoiou a construção de um Centro de Formação de Golfe (*Driving Range*) na Academia Militar e no Campo Militar de Santa Margarida. Realizou diversos cursos de iniciação ao golfe em Braga, Porto, Espinho, Santa Margarida, Lisboa e Funchal.

4.13. Entrevistas com os directores do Programa

4.13.1. Análise das entrevistas

Foram entrevistados por inquérito escrito o Director do PDAH que implementou programa D. Afonso Henriques, MGen Hugo Borges, bem como o Director que lhe deu continuidade MGen João Carvalho.

Foram colocadas quinze questões fechadas e duas questões abertas conforme se pode verificar no inquérito por questionário que de seguida se apresenta descreve e analisa.

4.13.2. Inquérito utilizado



Meu General

1

O objectivo deste inquérito é ser parte integrante do trabalho de Mestrado em Artilharia fazendo parte do Relatório Detalhado de Actividade Profissional do TCor de Artilharia José Domingos Nogueira da Silva, com o tema seleccionado para discussão: “ Programa D. Afonso Henriques-Patrono do Exército” (PDAH) e visa obter de V. Exa o contributo necessário e indispensável para a compreensão da importância do PDAH.

Em que medida concorda com as seguintes afirmações.

Numa escala de 1 a 5:

- 1 - Discordo totalmente
- 2 – Discordo
- 3 - Não concordo nem discordo
- 4- Concordo
- 5 - Concordo totalmente.

Em cada questão, assinale a resposta com um X no quadrado correspondente.

1. A criação do PDAH constitui uma mais valia para a Imagem do Exército.

1	2	3	4	5
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2. A criação do PDAH permite uma imagem do Exército com maior Humanização.

1	2	3	4	5

3. A criação do PDAH permite uma imagem do Exército com maior Dinamismo.

1	2	3	4	5



4. A criação do PDAH contribui positivamente para interação dos militares no Activo com a sociedade civil.

1	2	3	4	5

5. A criação do PDAH contribui positivamente para a integração dos militares com a sociedade civil, nomeadamente os que se encontram na situação de reserva ou reforma.

1	2	3	4	5

6. A criação do programa PDAH é benéfico para a coesão da Família Militar.

1	2	3	4	5

7. A criação do programa PDAH contribui para a saúde e bem estar da Família Militar.

1	2	3	4	5

8. A criação do programa PDAH contribui como complemento à actividade física dos militares.

1	2	3	4	5

9. A criação do programa PDAH contribui como complemento à prática desportiva programada, regular e organizada.



1	2	3	4	5

10. O programa PDAH tem cumprido os objectivos a que se propôs.

1	2	3	4	5

11. O número de clubes do programa PDAH tem-se mantido estável.

1	2	3	4	5

12. Um dos factores de inibição da constituição de novos clubes é o económico.

1	2	3	4	5

13. Um dos factores de inibição da constituição de novos clubes é o da disponibilidade pessoal.

1	2	3	4	5

14. Quanto à actividade os clubes, têm cumprido o objectivo do PDAH.

1	2	3	4	5

15. Tem sido possível aos Clubes cumprir com rigor os orçamentos atribuídos pelo PDAH.

1	2	3	4	5



Na sua opinião, pretende referir algumas das virtudes do PDAH? E fragilidades?

R:

Muito obrigado pela disponibilidade e preciosa colaboração para a realização deste Mestrado na Academia Militar.

Ilustração 7 – Entrevista aos directores do PDAH

Como se verifica as quatro primeiras questões tem em vista obter a percepção da importância do PDAH face à Imagem do Exército nas vertentes da humanização e

dinamismo. As questões cinco seis e sete tem haver com a interacção entre os militares no activo e sociedade civil, e nomeadamente militares na situação de reserva e reforma.

Também quanto ao benefício que o programa representa para a coesão, saúde e bem estar da Família Militar.

Foram ainda colocadas a questão oito e nove que se referem ao contributo do PDAH como complemento da actividade física e prática desportiva regular e organizada pelos membros dos respectivos clubes e no âmbito da sua actividade.

A pergunta dez e onze pretende conhecer a avaliação do programa em si, incidindo em perguntas relativas ao cumprimento dos objectivos, a estabilidade do PDAH.

Nas perguntas doze e treze são questionados os factores de inibição de novos clubes, procurando saber se se trata de factores económicos ou de disponibilidade pessoal.

As perguntas catorze e quinze incidiram sobre questões relativas ao cumprimento das actividades e orçamentos por parte dos clubes.

Em respostas abertas foram questionados os inquiridos quanto às virtudes e fragilidades inerentes ao Programa.

As respostas fechadas foram feitas numa escala de 1 a 5 em que :

- 1 - Discordo totalmente
- 2 – Discordo
- 3 - Não concordo nem discordo
- 4- Concordo
- 5 - Concordo totalmente.

4.13.3. A análise das respostas

A análise das permite-nos concluir:

Na questão 1. a criação do PDAH constitui uma mais valia para a Imagem do Exército.

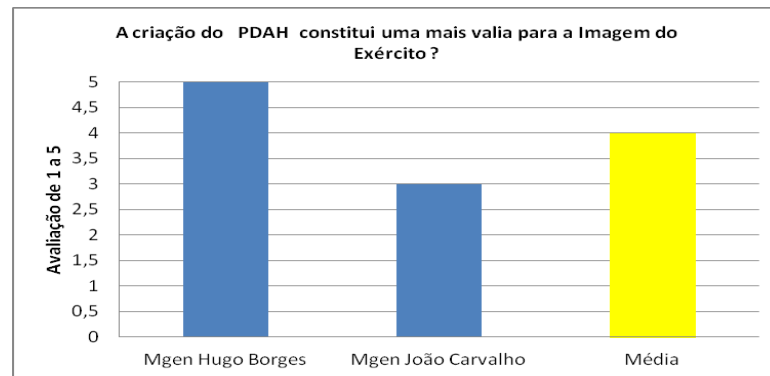


Figura 1 - Avaliação dos directores

Esta pergunta teve a média de 4. Desta forma manifestando que se concorda com a afirmação de que o PDAH constitui uma mais valia para a Imagem do Exército. Trata-se de um princípio de concordância com os objectivos do Programa referido. Sendo esse o objectivo perseguido, as respostas indicam que estará a ser alcançado. Se não na sua totalidade, é o numa apreciação positiva.

As respostas à questão 2, mostram que a criação do PDAH permite uma imagem do Exército com maior Humanização (Figura 2).

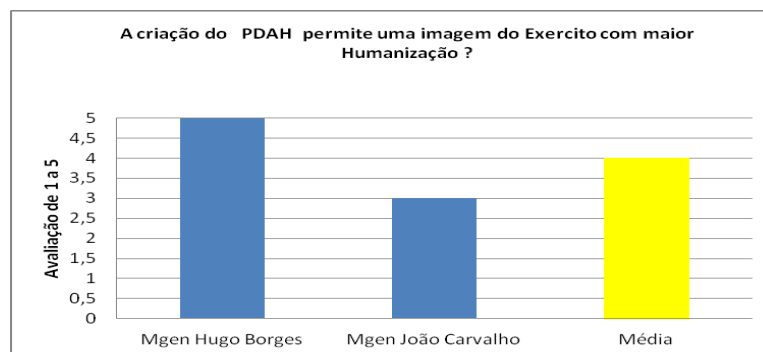


Figura 2 - Avaliação da humanização da imagem do PDAH

Os respondentes consideram que deste ponto de vista a resposta se situa no valor médio de 4. Isto é: concordam com a perspectiva positiva do programa contribuir com uma imagem do Exército com maior Humanização.

A questão 3 é: A criação do PDAH permite uma imagem do Exército com maior Dinamismo.

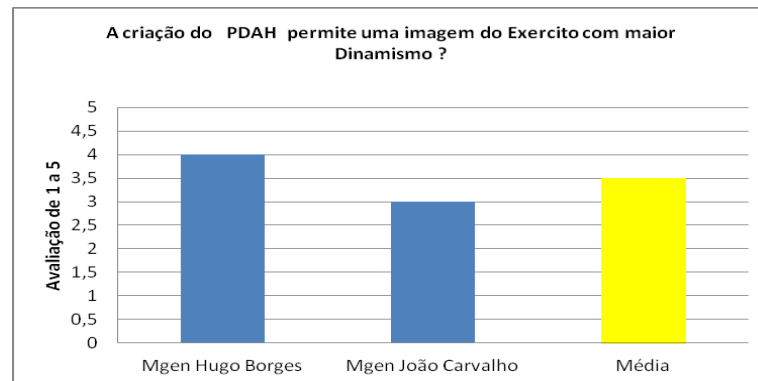


Figura 3 – Distribuição das percentagens do dinamismo da imagem do Exército através do Programa

A questão da imagem do Exército com maior dinamismo situa-se em 3,5, o que os respondentes mantem ainda numa posição de concordância positiva com a pergunta.

A questão 4 refere-se à interação dos militares com a sociedade civil e foi formulada da seguinte forma: A criação do PDAH contribui positivamente para interação dos militares no Activo com a sociedade civil.

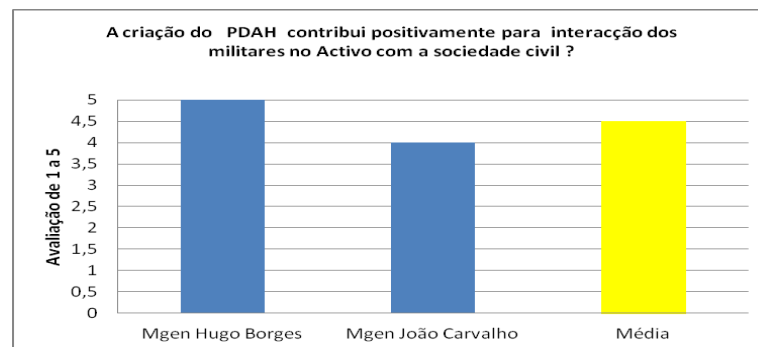


Figura 4 - Distribuição da avaliação da interação dos militares no Activo com a sociedade civil

O valor 4,5 corresponde ao intervalo de concordo ou concordo totalmente. É a opinião tida acerca do PDAH contribuir positivamente para a interação dos militares no Activo com a sociedade civil nomeadamente os que se encontram na situação de reserva ou reforma de acordo com o que se pode observar na resposta havida à questão nº 5 que reproduzimos.

Questão 5. A criação do PDAH contribui positivamente para a integração dos militares com a sociedade civil, nomeadamente os que se encontram na situação de Reserva ou Reforma.

Das respostas a esta questão 5, resultou o seguinte quadro de média:

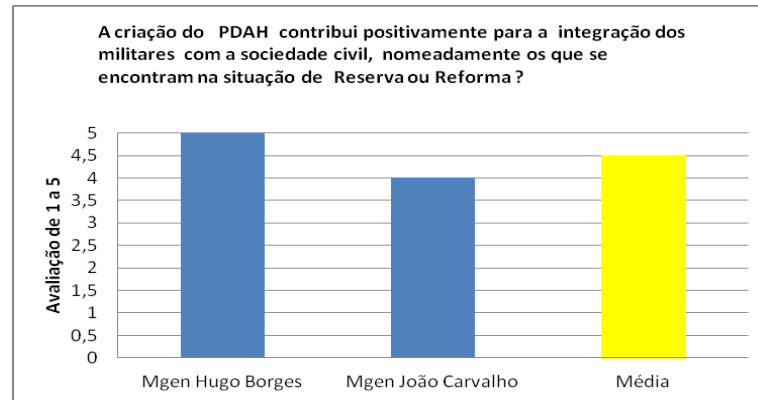


Figura 5 – Distribuição do grau de avaliação da integração na sociedade civil dos militares que se encontram na Reserva e na Reforma

Pergunta 6. A questão 6 é do seguinte teor: A criação do programa PDAH é benéfico para a coesão da Família Militar.

E o resultado é expresso no seguinte quadro de média:

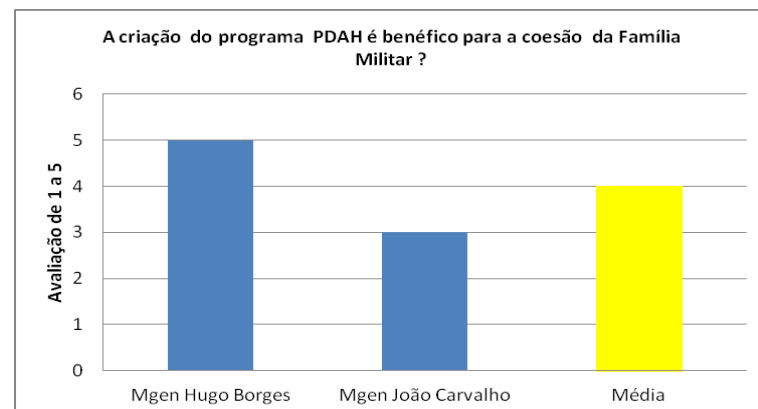


Figura 6 – Avaliação do grau de beneficiação que o PDAH está a ter para a coesão da Família Militar

Os inquiridos concordam que o Programa referido, é benéfico para a coesão da Família Militar.

Pergunta 7. A criação do programa PDAH contribui para a saúde e bem estar da Família Militar ?

Quanto à contribuição para a saúde e bem-estar dos mesmos indivíduos, a opinião situa-se entre o concordo e a opinião de não concordo nem discordo, de acordo com o gráfico da questão 7, de que se apresenta a média.

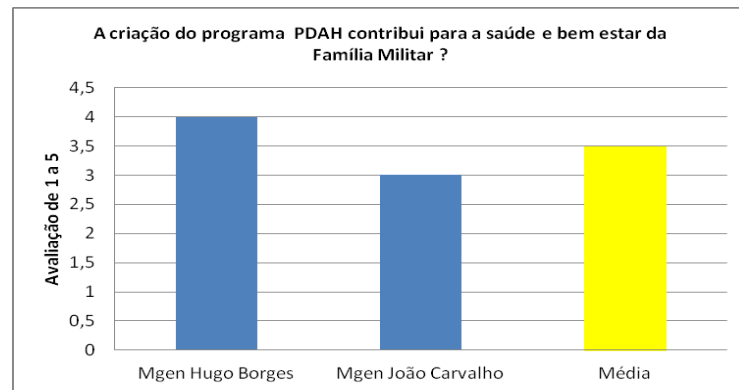


Figura 7 – Avaliação dos benefícios do PDAH para a Família Militar

As questões 8 e 9 versam o contributo do programa para a actividade física e a prática desportiva programada, regular e organizada.

Os quadros de média destas respostas são os seguintes:

A criação do programa PDAH contribui como complemento à actividade física dos militares.

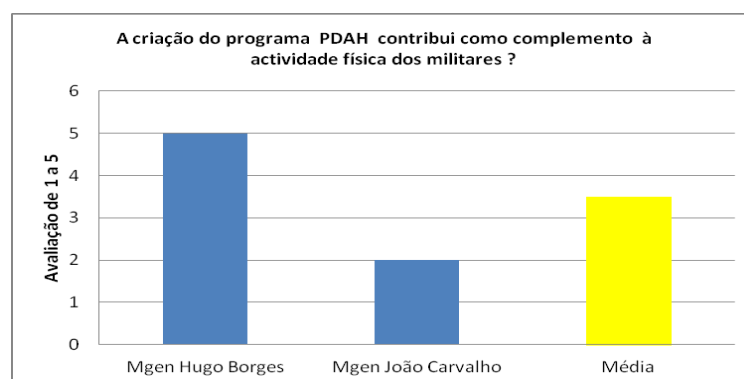


Figura 8- Avaliação dos inquiridos sobre de que forma o PDAH contribui como complemento à actividade física

Fica ainda do lado positivo o acordo com a afirmação do programa ser complemento à actividade física dos militares.

Pergunta 9 A criação do programa PDAH contribui como complemento à prática desportiva programada, regular e organizada.

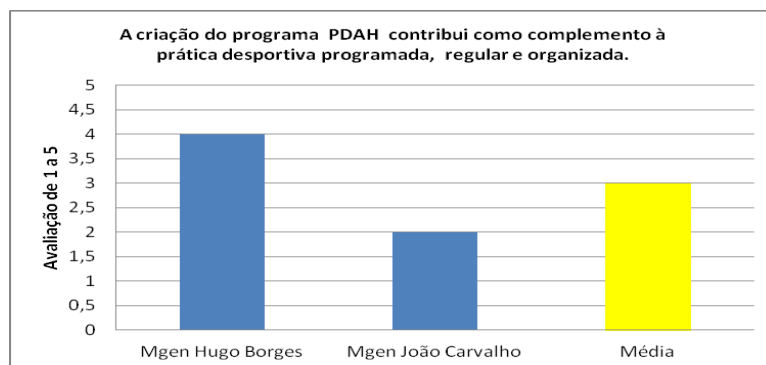


Figura 9 – Avaliação dos Directores sobre de que forma o Program contribuiu para um complemento à prática da actividade física regular e organizada

Quanto a contribuir PDAH contribui como complemento à prática desportiva programada, regular e organizada, a resposta fica-se pelo não concordo nem discordo. Desta forma os respondentes não optam por emitir de forma positiva ou negativa uma opinião relevante quanto à pratica desportiva regular e organizada.

A pergunta 10 refere os objectivos do programa, ela concentra a sùmula da avaliação PDAH. Corresponde de alguma forma à avaliação do Programa D. Afonso Henriques-Patrono do Exército desde a sua criação.

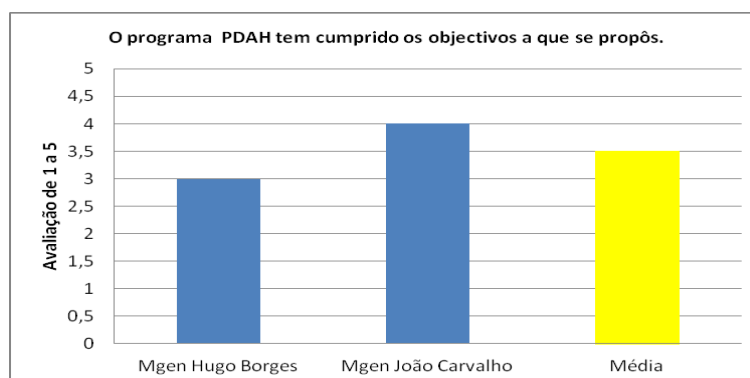


Figura 10 – Avaliação do cumprimentos dos objectivos por parte do Programa

A resposta é positiva e concordante com a afirmação. Podemos considerar que a criação do programa se veio a revelar positiva. Isso é reflectido na imagem do Exército para o exterior, na interação da família militar independentemente da sua situação, e muito importante também a interacção com a sociedade civil e os diversos movimentos associativos. A saúde dos militares e a sua condição física é também beneficiada. Até aqui as questões incidiram sobre o Programa D. Afonso Henriques-Patrono do Exército” (PDAH). As seis perguntas seguintes, da questão 11 até á questão 15 o foco são os clubes.

Pergunta 11 O número de clubes do programa PDAH tem-se mantido estável

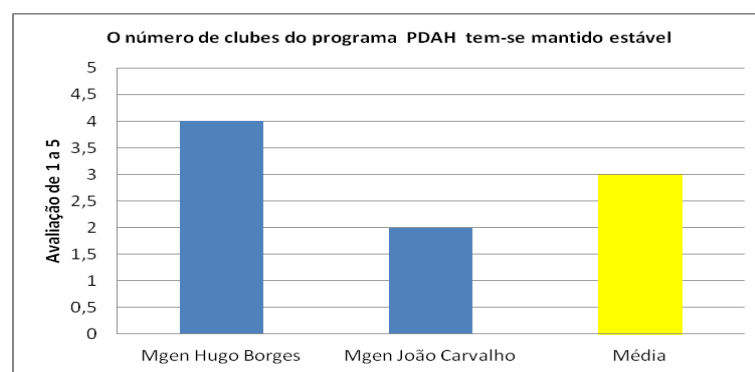


Figura 11 – Evolução do aumento do numero de clubes

Esta questão não mereceu concordância nem discordância. Uma leitura mais atenta da realidade dos clubes leva-nos a considerar que no início da Direcção do MGen Hugo Borges não existiam clubes. A partir de 2008 que surgiram os primeiros e únicos clubes. Após o assumir de funções do MGen João Carvalho não foi criado mais nenhum clube . Os projectos que estavam para ser implementados ainda não se concretizaram.

A questão 12, marca uma diferença em relação às restatntes.

“Um dos factores de inibição da constituição de novos clubes é o económico.”

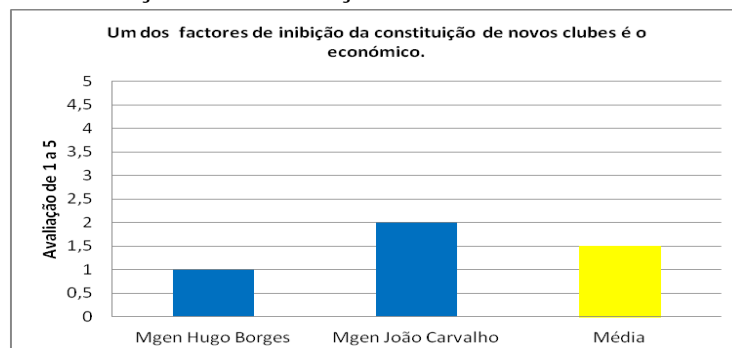


Figura 12 – O factor económico como inibidor da cosntituição de clubes

Sabe-se que os clubes não têm aumentado apesar do programa. Esta pergunta questiona a hipótese de ser o factor económico o elemento inibidor do seu desenvolvimento e criação de novos clubes. Os respondentes não concordam com a pergunta, dando clara indicação que o factor económico não é o que interfere da criação de novos clubes no seio do Exército. Haverá outras razões para o não surgimento de novos clubes, mas a percepção diz que não é a económica.

Questão 12. Um dos factores de inibição da constituição de novos clubes é o da disponibilidade pessoal.

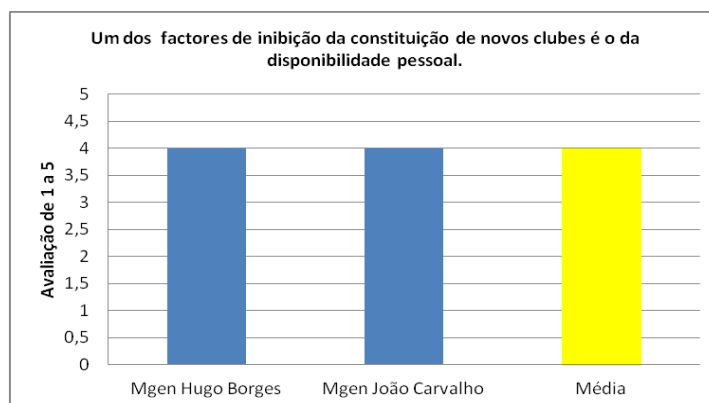


Figura 13 – A disponibilidade do pessoal como factor inibidor da constituição de clubes

Esta questão dissipa a dúvida que foi criada na pergunta anterior e os Directores afirmaram estar de acordo que se trata da disponibilidade pessoal, a razão mais plausível para a debilidade à constiução de novos clubes no Exército, apesar da existência do PDAH que foi concebido para apoiar, regular e enquadrar este tipo de associativismo.

Questão 14 Quanto à actividade os clubes, têm cumprido o objectivo do PDAH.

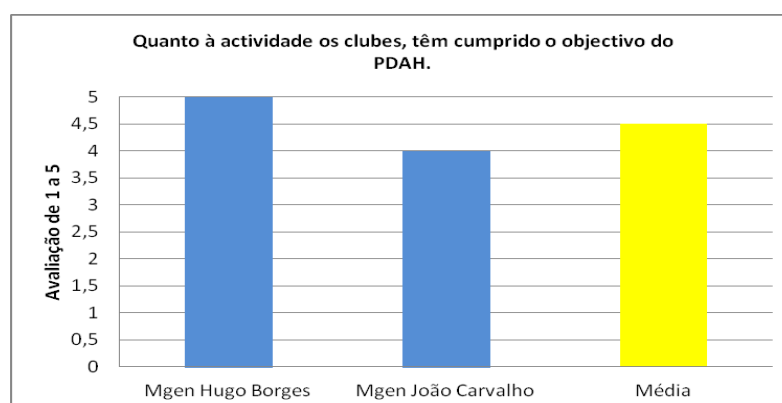


Figura 14 – O cumprimento dos objectivos do PDAH pelos clubes

A resposta a esta pergunta é positiva e está entre o concordo e o concordo plenamente. Há uma clara avaliação e reconhecimento positivo quanto ao cumprimento dos objectivos do programa, no decurso da actividade dos clubes. Mais uma vez se pode concluir que o PDAH, constitui uma boa ferramenta de apoio e orientação para o desempenho facilitado dos clubes no cumprimento dos seus objectivos

Questão 15. Tem sido possível aos Clubes cumprir com rigor os orçamentos atribuídos pelo PDAH.

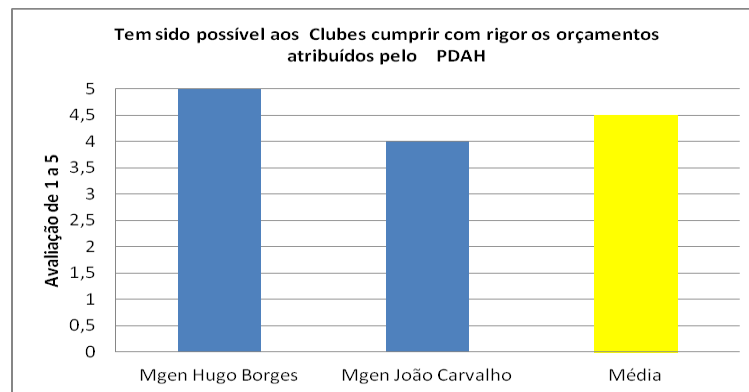


Figura 15 – Avaliação do cumprimento dos orçamentos pelos clubes

Sendo normal as principais dificuldade do associativismo ser a captação de recursos e a gestão dos seus orçamentos, a resposta a esta questão é positiva. Situa-se entre o concordo e o concordo plenamente. É reconhecido o rigor com que os clubes gerem os seus recursos não advindo daí qualquer fragilidade para o programa e o associativismo no Exército.

A última questão era apresentada na forma interrogativa e pedia para apresentar virtudes e fragilidades referentes ao Programa D. Afonso Henriques-Patrono do Exército. Era uma pergunta aberta de que resolvemos incluir indistintamente o conjunto das resposta dos dois questionário.

As respostas na identificação como virtudes do Programa D. Afonso Henriques-Patrono do Exército, começam por destacar um dos clubes, entre os demais. Registamos a afirmação: “tem no caso concreto do CGE permitido uma elevada ligação de militares na reserva e reforma com os do ativo nomeadamente através das unidades que organizam os torneios.” O PDAH “tem contribuído para a ligação com os outros ramos

através do golfe, é pena que ainda não se tenha conseguido elementos da GNR e antigos militares do quadro de complemento”.

Verificamos também que a apreciação não se limita apenas ao relacionamento entre os militares, mas também com os não militares como se constata: “O PDAH permite que militares no Activo e Reserva se encontrem e convivam à volta de atividades desportivas que integram também outros cidadãos exteriores ao Exército.

São benefícios evidentes relacionados com coesão, camaradagem, bem estar, desenvolvimento desportivo, ganhos de saúde pessoais e ainda uma imagem favorável para o exterior.”

Importante é também a ligação que é feita entre a actividades lúdicas e as actividades culturais. Esta percepção é tida na seguinte resposta: “Outro aspeto positivo é a possibilidade de apoiar a edição de publicações de interesse histórico-cultural quer de militares quer outros autores, e manter assim uma ligação entre a DHCM e esta área de atividade cultural.”

Do lado das fragilidades haverá a registar que o Programa D. Afonso Henriques-Patrono do Exército tem debilidades que não resultam da sua concepção, mas de razões externas e que são de todo o País. “Sofre das dificuldades inerentes idiossincrasia nacional de pouca iniciativa/empenho individual ficando sempre à espera que outros façam;”. Sendo que uma outra das debilidades é o de alguma dificuldade de ser capaz de sentir o exterior da instituição e as vantagens que haveria nessa possibilidade, que se reflecte na seguinte resposta: “Outra dificuldade é a não compreensão de muitos quadros das vantagens para a imagem a abertura do Exército na interação com a sociedade civil. Há ainda alguma fragilidade que deriva da relação de tutela. “A forma pouco digna com que o Exército tem tratado os quadros a quando da passagem à Reserva, geram uma animosidade e afastamento de uma instituição onde passaram a maior parte da sua vida.”. É apontado concretamente ao caso do CGE (Clube de Golfe do Exército) uma ideia que a ser aplicada de forma adequada, ponderada e cautelosa, poderia constituir um potencial crescimento e maior interação e enquadramento na sua actividade estatutária, outros elementos que não apenas os que actualmente tem o direito de pertencer ao referido clube. E citando: “No caso do CGE devia ser encontrado um tipo

de sócio, logicamente com direitos restritos que integrasse militares que tivessem servido no Exército.

No caso concreto da debilidade quanto ao número de elementos militares envolvidos existe a percepção de uma demasiada concentração territorial: “Tudo isto claro, num número reduzido de pessoas centradas em Lisboa e Porto.” Havendo ainda a referir questões de fragilidade que terão a ver com a estrutura de enquadramento e o orçamento reduzido “, um orçamento reduzido e ausência de uma pequena estrutura específica (agora minimizada com a presença de um Coronel Adjunto para a Direção da DHCM) para coordenar e dinamizar esta atividade poderão ser mencionadas não como fragilidades mas aspetos a melhorar”.

5.Considerações Finais

A era em que vivemos em que a lógica da competição sobrepõem-se à partilha e à solidariedade o CEME Gen Valença Pinto, considerou ser imperioso inverter esse processo e promulgou o Despacho de N° 289/CEME/2006, onde é criado do PDAH.

O General Pinto Ramalho que o substitui dias depois de exarado o despacho, na sua directiva para o Exército dá continuidade a esta intenção atribuindo tarefas ao Comando do Pessoal que possibilita a criação de um Regulamento, a nomeação de um Director, dotar o Programa D Afonso Henriques de orçamento próprio e a criar os clubes militares.

O Programa que tem como finalidade promover e desenvolver actividades de natureza cultural, recreativa, desportiva e de ocupação de tempos livres, proporcionando aos militares e aos seus familiares momentos de convívio e de lazer.

Estas actividades desenvolvidas dentro do PDAH para além de aproximarem os militares e funcionários civis que se encontram na Reserva e na Reforma também proporcionam a ligação à sociedade civil e á família militar.

O Programa é aberto à participação voluntária de qualquer militar, na situação de activo, reserva ou reforma, que poderá apresentar projectos ou propostas que caibam no seu objecto.

A criação do Programa D. Afonso Henriques – Patrono do Exército com a constituição de clubes associações sem fins lucrativos, espaços de participação cívica em que a lógica da competição é substituída pela cooperação entre pessoas com interesses comuns é um fenómeno digno de reflexão.

Durante várias dezenas de anos os militares tentaram constituir clubes associados a modalidades desportivas, como o Tiro, Atletismo, Orientação, sem sucesso.

A criação do Clube de Golfe do Exército o Clube de Arte e Letras do Exército o Clube de Ciclismos do Exército para o autor que viveu todas as dificuldades e expectativas

inerentes a implementação de um projecto inovador é um motivo de regozijo e satisfação.

Durante mais de um ano o projecto do PDAH foi muito discutido e analisado com os militares, advogados presidentes de associações, dirigentes de clubes para ser elaborada uma proposta que possibilitasse a criação de clubes mas que não responsabilizasse o CEME pelos actos dessas associações.

O Gabinete do CEME estava muito preocupado, com as consequências que a criação deste programa pudessem vir a ter no Exército. Com este modelo está provado através das actividades já realizadas que o PDAH não compromete o Exército, antes pelo contrário dá-lhe uma maior visibilidade e possibilita a integração e o reconhecimento público dos militares na sociedade civil.

A Criação do Clube de Golfe do Exército em 2008, do Clube de Artes e Letras do Exército em 2010 e estando previsto para 2015 a criação do Clube de Ciclismo do Exército, confirma-se a consolidação do PDAH e a sua maturidade.

Para 2016 o Clube de Golfe do Exército planeia realizar 14 torneios de golfe por todo o país, contemplando uma deslocação à ZMM e outra ZMA. Está a ministrar formação, Lisboa, Porto, Coimbra, Santa Margarida e Braga. Tem atualmente 121 sócios.

O Clube de Ciclismo do Exército planeia realizar dez circuitos e uma peregrinação a Santiago de Compostela.

A vitalidade destas associações são a prova provada de que como dizia o poeta, *Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.* (Pessoa, Fernando, Mar Português).

Capítulo III – Curriculum Vitae Detalhado

Resumo Biográfico

José Domingos Nogueira da Silva nasceu em 25 de Agosto de 1960. Tem a patente de Tenente-Coronel de Artilharia e encontra-se na situação de Reserva de 29 de Dezembro de 2012.

Ao longo da sua carreira profissional, enquanto oficial de Artilharia desempenhou diversas funções, destacando-se aquelas que a seguir se enunciam:

Museu Militar do Porto (2012): Sub Director, Coordenador das Comemorações no Porto do Dia Internacional os Museus 2012; Coordenador da Exposição de Modelismo “Portyscala”; Coordenador de diversas exposições temáticas em diversos pontos do país. No **Comando do Pessoal (2007-20129)**, Chefe da Repartição de Planeamento do Estado Maior do Comando do Pessoal, Planeamento, Coordenação e Implementação do PDAH; Implementação do Clube de Golfe do Exército; Implementação do Clube de Ciclismo do Exército; Membro do Conselho da Arma de Artilharia de 2010 a 2012; Planeamento e Coordenação das Jornadas de Comando de Pessoal 2009 a 2012; Coordenador do Estágio de Licenciados em Direito de 2019 a 2012, No **Regimento de Artilharia Nº 5 (2002-2012)** Chefe da Secção de Instrução; Oficial de Apoio de Fogos do Grupo de Artilharia de Campanha; Coordenador da Instrução de Adaptação à viaturas UMM, CURNIL; UMM ALTER e UNIMOG 1300 L; Chefe de Delegação e atleta de Tiro de Pistola no Campeonato de Tiro Desportivo ; Comandante de Grupo de Artilharia de Campanha; Director da Escola Preparatória de Quadros Cursos de Formação Geral Comum de Praças do Exército (CFGCPE) ; Membro da Comissão de Revisão do Referencial do Curso de Formação geral Comum de praças do exército (CFGCPE); Comandante do Grupo de Formação; Chefe da Secção de Operações Informação e Segurança ; Oficial de Apoio de Fogos da Brigada Ligeira de Intervenção (BLI); Chefe de Delegação e atleta do Corta Mato Fase Exército ; Chefe de Delegação e Atleta no Pentatlo Militar Fase II ; Chefe de Delegação e Atleta no Campeonato Regional de Orientação no Campeonato Desportivo Militar

(CDM); Chefe de Delegação e Atleta no Campeonato Regional de Tiro no CDM, organizado pelo Regimento de Cavalaria Nº 19 em Braga. No **Regimento de Artilharia Nº 4 (2000-2002)**, Chefe do Grupo de Formação e Secção de Instrução; Oficial de Apoio de Fogos (OAF) do Grupo da Brigada de Defesa Territorial Norte (BDTN); Oficial de Logística; Chefe de Delegação e Atleta no Pentatlo Militar; Orientação, Tiro, Corta-Mato e Pentatlo, Oficial de Apoio de Fogos. No **Regimento de Artilharia Nº 5 (1994 -2000)** Comandante da 1ª Bateria de Bocas de Fogo; Comandante da Bateria de Comando e Serviços do Grupo de Artilharia de Campanha; Chefe da Secção de Pessoal; Oficial de Apoio de Fogos da Brigada de Defesa Territorial Norte (BDTN); Chefe da Secção de Logística; Chefe de Delegação e Atleta no Campeonato Regional de Tiro, Orientação Corta-Mato. No **Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea de Cascais (1988-1994)**, Comandante de Pelotão da Bateria de Instrução; Chefe do Núcleo de Bitubo e instrutor dos Curso de Formação de Sargentos (CFS) e Tirocínio Para Oficiais (TPO); Chefe do Núcleo de Radar e Instrutor Curso de Formação de Sargentos (CFS) e Tirocínio Para Oficiais (TPO), Director do 18º CFS; Oficial de Educação Física; Oficial de Segurança; Chefe da Secção de Operações Informações e Segurança; Comandante da Companhia de Instrução; Oficial de Segurança nos Exercícios Tácticos TPO e CFS e Tiro de Artilharia Antiaérea.

Biographical Abstract

This is a detailed report of the professional activities performed as an Army Officer (with specializations in Air Defence Artillery, Field Artillery and Coastal Defence Artillery). José Domingos Nogueira da Silva was born on the 25th August 1960. He holds the military rank of Lieutenant-Colonel (Reserve status since 29 December of 2012).

Throughout his professional career as a Artillery, he has held several positions, which some of them are highlighted bellow. On **Porto Military Museum (2012)**: Deputy Director; coordinator of several events, e.g. the “ Dia Internacional dos Museus 2012”

(International Museum Days 2012); coordinator of the Modelling Exhibition "Portyscala"; coordinator of several thematic exhibitions across the country. At the **Army's Personnel Command General Staff (2007-2012)**, he served as Chief of the Planning Division. Among other responsibilities and achievements he planned and coordinated the implementation of the Programa D. Afonso Henriques (PDAH); played a key role in the foundation the Army Golf Club and in the implementation of the Army Cycling Club. He was also a member of the Advisory Board of the Artillery Branch (2010-2012).

Lieutenant-Colonel Nogueira da Silva was appointed by the Army Adjutant General to plan and coordinate the Army Personnel Conferences (yearly event) from 2009 to 2012; also acted as the coordinator of the Army Lawyers Internship in the years 2010 to 2012. At the 5th Artillery Regiment (**2002-2012**), **he was:** Head of the Training Branch; Fire Support Officer of the Field Artillery Battalion; Regiment's coordinator for the drivers training on all-terrain vehicles (UMM Cournil, UMM ALTER and UNIMOG 1300 L); Head of Delegation and pistol shooting athlete in Army Shooting Championships; Commander of a Field Artillery Battalion; Member of the Committee for the revision of the Army Soldiers' training referential; Commander of the Training Group; Chief of the Intelligence, Security and Operations Branch; Fire Support Officer assigned to the Light Intervention Brigade (BLI); Head of Delegation and athlete of Cross Country and Military Pentathlon. **At the 4rd Artillery Regiment (2000-2002), Lieutenant-Colonel Silva performed tasks as** Head of the Training Group and the Training Branch, Fire Support Officer assigned to the North Territory Defence Brigade (BDTN), Logistics Officer, along with acting as the Head of Delegation and athlete of Military Pentathlon, Orienteering, Shooting and Cross Country.

At the 5th Artillery Regiment (1994 e 2000), acted as Commander of a Field Artillery Battery, Commander of the Command and Supply Battery of the Field Artillery Battalion, Chief of the Personnel Branch, Fire Support Officer assigned to the North Territory Defence Brigade (BDTN), Logistics Officer and Head of Delegation and athlete of Orienteering, Shooting and Cross Country. **At the Cascais Air Defence Training Center (1988-1994) his main tasks and titles were:** Platoon Commander of the Training Battery; Chief of the Rheinmetall Rh 202 twin cannon Center and instructor of several Sergeants Courses (CFS); Instructor of the Officers internship

(TPO) and Chief of the Radar Center; Director of the 18th CFS; Physical Education and Security Officer; Chief of the Intelligence, Security and Operations Branch; Commander of Training Battery and Safety Officer in various tactical and technical exercises.

1. Percurso Académico

1.1 Graus Académicos

Licenciatura em Ciências Militares na especialidade de Artilharia (Academia Militar, em 1988, aprovado com a classificação de 12,37 valores)

1.2 Outras habilitações e participações

Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores, frequentado no Instituto de Emprego e Formação Profissional, do Centro de Formação Profissional do Porto em 2003, Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Este curso está homologado com o Certificado N° (FPO/175-MMA/2003);

Curso de Formação em “Centros de Operações de Emergência, Frequentado na Universidade Moderna;

Curso de Programação Avançada em Visual Basic frequentado no IEFP;

Suporte Básico de Vida , frequentado na Escola Nacional de Bombeiros;

Curso de Exploração Pedagógica de Recursos Didáticos, Frequentado no IEFP;

Utilização do POWERPOINT para o Desenvolvimento de Produtos Interactivos para Formação, frequentado no IEFP;

Curso de Formação de Formadores/as para obtenção da certificação ou especialização em Igualdade de género, Certificado N.18/2010;

Curso de ACCESS 97, frequentado na Escola Prática de Transmissões em 2002;

Curso de Cartografia e Orientação, nível 1 e 2 ministrado em Leiria em 2002;

Curso de Formação profissional de Gestão de Empresa Agrícola – Planeamento, Controlo e Análise de Investimentos frequentado na FORMACONDE,

Curso Start UP Coaching, frequentado na Associação Nacional Jovens Empresários ANJE;

Curso de *Coaching* frequentado na (ANJE) e ministrado pela Internacional *Coaching University*.

Curso de Treinadores Golfe Grau III, título Profissional Nº 75680, válido até 21 de Janeiro de 2012, frequentado na FPG

Curso de Organização Arbitragem e Direcção de Torneios de Golfe Nível I , frequentado na FPG;

Curso de Golf Adaptado, realizado em Madrid na *La Real Federation Espanola de Golf*;

Curso Árbitros de Golfe, realizado em Lisboa pela Royal & Ancient Golf Club ;

Curso Intensivo de Vendas, realizado na Associação Empresarial de Portugal (AEP);

Seminário “ I Congresso Internacional de Treino desportivo“, realizado no **ISMAI**, onde participou na qualidade de treinador da FPG;

Seminário Técnico “ I Seminário em Treino de Golfe: The Injury Prevention in Golf and elbow tendinopathy in golf”, em 17 de Julho de 2008, realizado pela **FPG/FMH**;

Conferência “ *El Protocolo Desportivo esse gran desconocido*, realizado no ISMAI , em 15 de Março de 2013, onde participou na qualidade de Regente da Unidade Curricular de Teoria das Relações Públicas e Protocolo;

I Seminário de Comunicação e Relações Públicas no Exército, realizado em 22 e 23 de Setembro de 2010 na Brigada Mecanizada;

Seminário Turismo Cultural, em 24 de Setembro de 2014, na Fundação Cupertino de Miranda no Porto;

Conferência de Direitos Internacionais subordinada ao tema “ Direito Internacional Humanitário-Direito dos Conflitos Armados”, realizada na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, onde participou na organização e planeamento na qualidade de Chefe da Repartição de Planeamento do Estado Maior do Comando do Pessoal

Seminário “ Protecção para Jornalistas em conflitos Armados”, realizado na Universidade do Minho em 4 de Março de 2015, na qualidade de orador;

1.3 Cursos de Promoção na carreira de Oficial de Artilharia

Curso de Promoção Oficial Superior (Instituto de Estudos Superiores Militares, em 1999, aprovado com a classificação de 13,39 valores);

Curso de Promoção a Capitão (Escola Prática de Artilharia em 1992, aprovado com a classificação de 12,48 valores;

1.4 Outros cursos militares

Curso de Promoção Capitão, Artilharia de Costa, frequentado no Regimento de Artilharia da Costa, em 1992;

Curso de Investigador da Policia Judiciária Militar frequentado no EMGFA em 2000;

Curso de Promoção Capitão, Artilharia Antiaérea, frequentado no Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea de Cascais, em 1992;

Curso de Operações Irregulares, frequentado no Centro de Instrução de Operações Especiais em 1988);

Curso de Radar frequentado no CIAAC com a classificação de 15,72 valores;

Curso de Segurança Militar , Frequentado na CHERET no Estado Maior do Exército;

Curso de PcMap, frequentado no Instituto Geográfico do Exército;

Curso de Condução Auto para Oficiais (CCAU) , frequentado na Escola Prática de Transportes;

Curso de P-FAAR Operator Training Course, frequentado no Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea de Cascais, em 1990, co a classificação de 19 valores;

Curso de Acompanhantes Locais frequentado no Estado Maior General das Forças Armadas;

2. Actividade Profissional

2.1 Museu Militar do Porto (2012)

Sub Director do Museu Militar do Porto;

Coordenador das Comemorações no Porto do Dia Internacional os Museus 2012;

Coordenador da Exposição de Modelismo “Portyscala”;

Coordenador de diversas exposições temáticas em diversos pontos do país.

2.2 Comando do Pessoal (2007-2012)

Chefe da Repartição de Planeamento do Estado Maior do Comando do Pessoal

No período compreendido entres 28 de Setembro de 2007 e 19 de Março de 2012;

Planeamento, Coordenação e Implementação do PDAH (2007 a 2012);

Implementação do Clube de Golfe do Exército;

Implementação do Clube de Ciclismo do Exército;

Membro do Conselho da Arma de Artilharia de 2010 a 2012;

Planeamento e Coordenação das Jornadas de Comando de Pessoal 2009 a 2012;

Planeamento e Coordenação dos Ciclos de Conferências do Comando do Pessoal de 2009 a 2012;

Planeamento e Coordenação dos Concertos de Gala do Comando do Pessoal de 2009 a 2012;

Planeamento e Coordenação das actividades do Dia do Exército realizado em Braga no dia 20 de Outubro de 2009;

Participação nos Exercícios Dragão-Padrela 11 e Orion 11, integrado no treino operacional 2011;

Coordenador da XXX Peregrinação Militar Nacional a Fátima;

Membro do Conselho da Arma de Artilharia no período de 2010 a 2012;

Planeamento e Coordenação da Visita ao Porto de SS o Papa Bento XVI em 14 de Maio de 2010;

Planeamento e Coordenação das diversas Cerimónias militares realizadas na região norte do país a saber; Dia do Armistício, Peregrinação Militar a Fátima, Comunhão Pascal;

Coordenador do Estágio de Licenciados em Direito de 2019 a 2012;

Planeamento e Coordenação da Cerimónia de oferta da Estátua da República à cidade do Porto realizada na Praça da República em 31 de Janeiro de 2011;

Planeamento e Coordenação do seminário da Força Expedicionária Brasileira na II Guerra Mundial, 8 de Junho de 2010;

Oficial Coordenador da XXVIII Peregrinação Militar a Fátima , 2009;

Planeamento e Coordenação das Comemorações no Porto dos 200 anos da Guerra Peninsular 23 de Julho de 2009;

Planeamento e Coordenação do Concerto realizado na Casa da Música no Porto evocativo da Vitória das Forças Anglo Lusitas 200 anos das Invasões Francesas realizado no dia 11 de Maio 2009;

Planeamento e Coordenação do Congresso O Aro do Porto e as Invasões Francesas realizado nos dias 26 e 27 de Junho de 2009;

2.3 Regimento de Artilharia Nº 5 (2002-2007)

Chefe da Secção de Instrução no período compreendido entre 15 de Julho e 2002 e 6 de Setembro de 2004;

Oficial de Apoio de Fogos do Grupo de Artilharia de Campanha no período compreendido entre 15 de Julho de 2002 e 6 de Setembro de 2004;

Coordenador da Instrução de Adaptação à viaturas UMM, CURNIL; UMM ALTER e UNIMOG 1300 L, com atrelado e peso superior a 750 Kg de 29 de Outubro 2003 a 31 de Outubro de 2003;

Chefe de Delegação e atleta de Tiro de Pistola no Campeonato de Tiro Desportivo a realizar na EPT, no Porto em 12 de Março de 2004;

Comandante de Grupo de Artilharia de Campanha no exercício Frente Norte 04;

Director da Escola Preparatória de Quadros do 1º, 2º e 3º Curso de Formação Geral Comum de Praças do Exército (CFGCPE) 2004 num total de 120 horas de formação;

Director da Escola Preparatória de Quadros do 1º, 2º e 3º CFGCPE 2005 num total de 417 horas de formação;

Director da escola Preparatória de Quadros (EPQ) tendo ministrado formação aos formadores dos CFGCPE num total de 150 horas de formação,;

Membro da Comissão de Revisão do Referencial do Curso de Formação geral Comum de praças do exército (CFGCPE), 2005;

Comandante do Grupo de Formação, no período compreendido entre 7 de Setembro de 2004 e 28 de Setembro de 2007;

Chefe da Secção de Operações Informação e Segurança no período compreendido entre 16 de Agosto de 2005 e 28 de Setembro de 2007;

Comandante da Bateria de Comando e de Serviços do GAC no período compreendido entre 1 de Maio de 1995 a 7 de Setembro de 1996;

Oficial de Logística da BLI, no exercício Frente Norte realizado em Chaves no RI 19;

Participou no Exercício “Lusíada 98” como Comandante de Bateria de Comando e Serviços do GAC;

Oficial de Apoio de Fogos da Brigada Ligeira de Intervenção (BLI) no Exercício Hermes 94;

Chefe de Delegação e atleta do Corta Mato Fase Exército 2002, realizado em Chaves no RI 19;

Chefe de Delegação e Atleta no Pentatlo Militar Fase II, organizado pelo Regimento de Infantaria Nº 13;

Chefe de Delegação e Atleta no Campeonato Regional de Orientação no Campeonato Desportivo Militar (CDM), realizado pelo Regimento de Cavalaria Nº 6 em Braga;

Chefe de Delegação e Atleta no Campeonato Regional de Tiro no CDM, organizado pelo Regimento de Cavalaria Nº 19 em Braga;

2.4 Regimento de Artilharia Nº 4 (2000-2002)

Chefe do Grupo de Formação e Secção de Instrução no período compreendido entre 10 de Julho de 2000 e 24 de Setembro de 2001;

Oficial de Apoio de Fogos do Grupo da Brigada de Defesa Territorial Norte (BDTN) no período compreendido entre 10 de Julho de 2000 e 24 de Setembro de 2001;

Oficial de Logística no período compreendido entre 25 de Setembro de 2001 e 14 de Julho de 2002;

Chefe de Delegação e Atleta no Pentatlo Militar 2001 Fase I e II, organizado pelo Regimento de Infantaria Nº 13;

Chefe de Delegação e Atleta no Campeonato Regional de Orientação 2001, organizado pelo Regimento de Cavalaria Nº 6;

Oficial de Apoio de Fogos, Exercício Frente Norte 01, realizado no RI 13;

Oficial de Apoio de Fogos, Exercício Plutão 01, realizado no RAA1;

Chefe de Delegação e Atleta no Campeonato Regional de Tiro , organizado pela Escola Prática de Transportes.

2.5 Regimento de Artilharia Nº 5 (1994-2000)

Comandante da 1ª Bateria de Bocas de Fogo no período compreendido entre 1 de Novembro de 1994 e 22 de Maio de 1995;

Comandante da bateria de Comando e Serviços do Grupo de Artilharia de Campanha no período compreendido entre 1 de Outubro de 1994 e 22 de Maio de 1995;

Chefe da Secção de Pessoal no período compreendido entre 23 Maio de 1995 e 22 de Setembro de 1998;

Oficial de Apoio de Fogos da Brigada de Defesa Territorial Norte (BDTN) no período compreendido entre 23 Maio de 1995 e 22 de Setembro de 1998;

Chefe da secção de Logística no período compreendido entre 1 de Setembro de 1999 e 9 de Julho de 2000.

2.6 Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea de Cascais (1988 a 1994)

Comandante de Pelotão da Bateria de Instrução no período compreendido entre 1 de Setembro de 1988 a 20 de Setembro de 1991;

Instrutor de Bitubo aos Curso de Formação de Sargentos (CFS) e Tirocínio Para Oficiais (TPO);

Director do 18º CFS;

Oficial de Educação Física no período compreendido entre 1 de Fevereiro de 1989 e 24 de Junho de 1991;

Oficial de Segurança no período compreendido entre 24 de Junho de 1991 a 28 de Setembro de 1992;

Chefe da Secção de Operações Informações e Segurança no período compreendido entre 28 de Setembro de 1992 e 1 de Fevereiro de 1994;

Comandante da Companhia de Instrução no período compreendido entre 10 de Maio de 1990 e 4 de Julho de 1994;

Oficial de Segurança, Exercícios Tácticos TPO e CFS e Tiro de Artilharia Antiaérea em Pinheiro da Cruz, 1991.

2.7 Organizações externas ao Exército.

2.7.1 Instituto Universitário da Maia – ISMAI

Docente da seguinte Unidades Curriculares (UC) : Técnicas de Relações Públicas e Protocolo (Anos Lectivos 2012/2013, 2013/14, 2014/15);

Docente da seguinte Unidades Curriculares (UC) : Organização e Gestão de Eventos (Anos Lectivos 2013/14, 2014/15);

Docente da seguinte Unidades Curriculares (UC): Golfe Anos Lectivos (2013/14, 2014/15).

2.7.2 Aidlern

Formador

Coordenado e formador do Curso de Formação de Formadores obtenção de Certificação ou especialização em Igualdade de Género.

2.7.3. - Federação Portuguesa de Golfe

Formador dos Cursos de Treinadores Grau I, II e III;

Formador de Golfe Adaptado;

Curso de Árbitros e Organização de Torneios de Golfe Nivel I.

2.7.4 – Quality Management Systems Consultores Lda (QMSC)

Formador do Curso de Protocolo de Altas Entidades.

2.7.5. Eco Museu do Barroso

Consultor de Imagem do Ecomuseu do Barroso em Montalegre.

3. Condecorações e Distinções recebidas

Medalha de Mérito Militar de 2ª Classe (cfr. Despacho de 27 de Dezembro de 2012 do Chefe de Estado Maior do Exército);

Medalha de D. Afonso Henriques – Mérito do Exército - 2ª Classe (cfr. Despacho de 21 de Novembro de 2005 do Chefe de Estado Maior do Exército);

Medalha de Comportamento Exemplar – Ouro - (cfr. Despacho de 28 de Outubro de 2011 do Chefe de Estado Maior do Exército).

4. Outras insígnias

Insígnia de Aptidão física, por ter obtido 19,00 valores (O.S. nº114/89 do CIAAC);

Insígnia Educação Física, Dourada com Diamante (O.S. nº 24/03Fev94).

5. Participação associativa e representações

5.1 Associações

Sócio Nº 1 Clube de Golfe dos Professores de Educação Física;

Sócio Nº 1 e de Mérito do Golf Club Atlântico;

Presidente do Clube de Golfe do Exército;

Presidente do Conselho Fiscal da Associação Golfe do Norte de Portugal;

Vice-Presidente da Associação Nacional Treinadores de Golfe;

Presidente do Conselho Fiscal Clube Unesco da Maia;

Coordenador e Formador do Projecto de Golfe Adaptado Quinta da Bonjóia - Porto;

Coordenador do Projecto de Golfe Adaptado da Santa Casa da Misericórdia do Porto;

Responsável pelo Planeamento e Coordenação Circuito Golfe Galécia - Norte de Portugal /Galiza.

6. Formação em Língua Inglesa

Curso de frequentado no Instituto Wall Street English, com o nível “Threshold 14”.

7. Orientações de Trabalhos de Investigação Aplicada (2014/2015)

MARTINI, Alfredo de (2014). “*Sport e turismo: un circuito economico virtuo*” .
Maia, Instituto Universitário da Maia- ISMAI.

Capítulo V– Conclusões

Dentro das reformas que o Exército vem sofrendo ao longo os últimos anos, as actividades de natureza desportiva, cultural e recreativa onde o Exército teve sempre um papel muito dinamizador, foram sendo descoradas a ponto de se questionar se seriam necessárias como factor de integração social e como promotor da imagem do Exército na comunidade civil.

Respeitando a NEP 517/1^a, este Relatório Detalhado de Actividade Profissional (RDAP) DAP constitui- em três partes – pré-textual, textual e pós textual onde se destacam na segunda parte, o tema seleccionado para discussão e curriculum vitae detalhado do autor.

A escolha do tema “ *Programa D. Afonso Henriques - Patrono do Exército*”, justificou-se pela necessidade que as chefias militares tem colocado nos últimos anos com a promoção e desenvolvimento de actividades no âmbito do moral e bem-estar do pessoal, com reflexos na sã camaradagem e no convívio da família militar.

Mas também pelo facto do autor ter sido nomeado responsável por encontrar a metodologia e estrutura adequada para o lançamento do PDAH.

O tema seleccionado para discussão teve como base todas as informações e propostas elaboradas, para conceber o Programa bem com as actas das reuniões onde foram tomadas decisões para a sua implementação.

De referir o gosto pessoal do autor pelo associativismo desportivo e cultural, que o levaram a desempenhar durante toda a sua vida vários cargos ligados a clubes – associações sem fins lucrativos. Aos 18 anos fundou na Póvoa de Varzim o Clube Octopus, destinado a promover o cinema e actividades culturais. Em 1996, funda a Delegação Norte do Clube de Golfe dos Professores de Educação Física.

É convidado para implementar e dinamizar na qualidade de presidente o Golf Club Atlântico (GCA) associação destinada a promover o intercâmbio desportivo e social entre o norte de Portugal e a Galiza. Nesta função integrou a Direcção da Associação Golfe do Norte de Portugal (AGNP).

Após conclusão do Curso de Árbitros Golfe é convidado para fazer parte dos Órgãos Sociais da Associação Portuguesa de Árbitros de Golfe (APAG).

Os conhecimentos e as competências adquiridas no desempenho das suas funções enquanto Comandante de Pelotão, Comandante de Bateria, Comandante de Grupo de Instrução e 2º Comandante Interino de Regimento, aliados à experiência profissional e aos cursos militares frequentados, desenvolveram no autor competências específicas e necessárias ao desempenho da profissão, de índole organizacional, liderança, cognitiva, emocional e física.

As funções desempenhadas como Director de Formação e Chefe da Repartição de Planeamento do Comando do Pessoal conferem-lhe competências aptidões e métodos de investigação com capacidade para conceber, projectar, adaptar e realizar investigações científicas, respeitando as exigências impostas pelos padrões de qualidade e integridade académicas.

Como resultado dessas valências, contam-se a elaboração das Normas de Execução Permanente (NEP) do Cmd Pess, o planeamento e execução das normas e directivas recebidas do escalão superior, a realização de estudos no âmbito dos recursos humanos, por sua iniciativa ou por determinação superior.

Os estudos e investigação efectuados para a reestruturação e implementação do Quadro Orgânico (QO) das Bandas e Fanfarras do Exército, os estudos elaborados para a implementação do Novo Sistema de Recrutamento (NSR), a participação no Grupo de Trabalhos que estudou e apoiou a implementação dos Helicópteros NH 90, (cancelado por falta de orçamento), além de ser coordenador dos Ciclos de Conferências do Comando do Pessoal e das Jornadas do Comando do Pessoal de 2009 a 2012.

O Planeamento e coordenar de todas as visitas, Conferências, Jornadas realizadas pelo Cmd Pess e elaboração de diversos Estudos, Proposta e Informações necessárias à tomada de decisão do Ajudante-General do Exército.

Finalmente é de referir que em 2014, José Domingos Nogueira da Silva foi orientador do *Douturamento*, no Instituto Universitário da Maia- ISMAI do aluno Alfredo de Martini da *Università degli Studi di Teramo* subordinado ao tema, “*Sport e turismo: un circuito economico virtuoso*” .

Os estudos de investigação e pesquisa de Alfredo de Martini, tiveram inicio em Berlim, passando por Roma, Londres e Paris e terminaram em Portugal com a investigação e pesquisa do impacto que o golfe tem para o turismo e para a economia nacional.

Fechar com uma conclusão global.

Capítulo VI – Bibliografia

Fontes Legislativas

Código Civil Português, Edição Académica 2015/16

Diário da Republica nº74 de 2 de Julho 2007, Artº 13

Lei Orgânica nº3/2001 de 29 de Agosto

Lei Orgânica de Bases Organização das Forças Armadas, alínea a) do nº 4 do artigo 8ª da Lei nº 111/82

Estudos

CARVALHO, A. Melo de (2002), *Associativismo , inovação social e desenvolvimento, Algés, Confederação do Desporto de Portugal.*

COELHO, Sandra Lima, (2008), *Participação social e associativismo em Portugal: breves apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção de Comércio Justo.*

COHEN, Joshua, e Joel Rogers (1992), “*Secondary associations and democratic governance*”, *Politics & Society*,20/4

CRUZ, Manuel Braga da (1995), *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Lisboa, Bertrand Editora.

DURKHEIM, Emile, 1977– *O Suicídio, 3ª ed. Lisboa, Presença, 1982: idem A divisão social do trabalho: prefácio à 2ª edição, Lisboa, Presença.*

ECO, Umberto, 2003, *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*, 10ª Ed ,Lisboa: Editorial Presença.

FIGUEIREDO, Cândido de, (1981) *Grande Dicionário de Língua Portuguesa, Libreria Bertrand, Volume I, 16ª Edição.*

HERMANO, Carmo Pereira, Manuela M, (1998) *Metodologia da Investigação, Guia para Auto-Aprendizagem*, Lisboa: Universidade Aberta.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn, (2014) *Abordagens teóricas sobre o Associativismo e seus efeitos democráticos.*

MEISTER, Albert (1972) , *La Participation dans les Associations, Paris, Éditions Économie e Humanisme les Éditions Ouvrières.*

RODRIGUES, Alexandre Reis, (2005) , *O Associativismo Militar. Uma crise anunciada.*

SARMENTO, (2013) Manuela, *Metodologia Científica para elaboração, escrita e apresentação de teses*, Universidade Lusitana Editora, Coleção Manuais Lisboa.

TOQUEVILLE, Alexis de (1972) – *A democracia na América*, Lisboa, Estúdios Cor.

VIEGAS, José Manuel Leite, [s.d.] *Associativismo e Dinâmica Cultural* Lisboa.

WARREN, M (2001) , *Democracy and association*. Princeton, NJ, Princeton University Press.

Anexos

Anexo A - Carta de Curso em Ciências Militares na especialidade de Artilharia



Academia Militar

Faz-se saber que José Domingos Nogueira da Silva

filho de Domingos Boucela Vieira de Araújo e Silva
e de Maria José da Costa Nogueira

nascido a 25 de Agosto de 1960, na freguesia de Póvoa de Varzim
concelho de Póvoa de Varzim

concluiu no ano lectivo de 1987-1988, com a classificação final de 12,37 valores
(doze vírgula trinta e sete)

o curso de ARTILHARIA

incluindo o respectivo tirocinio, estabelecido pelo Decreto n.º 678 de 1 de Setembro de 1976.

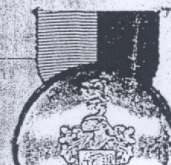
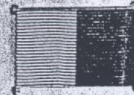
Para constar onde convier e poder o interessado gozar de todas as regalias que legalmente lhe pertencerem, se lhe passa a presente carta de curso, que vai assinada pelo Comandante, pelo Director de Instrução e pelo Chefe do Departamento de Administração Escolar, e firmada com selo pendente desta Academia.

Lisboa, aos um dias do mês de Setembro de mil novecentos e oitenta e oito.

O Comandante da Academia,

O Director de Instrução,

O Chefe do Depart.º de Administração Escolar,



Anexo B - Certificado de Formação Profissional

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP

CERTIFICADO DE APTIDÃO PROFISSIONAL

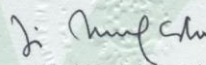
Decretos Regulamentares n.º 26/97, de 18 de Junho e n.º 66/94, de 18 de Novembro

Certifica-se que **JOSÉ DOMINGOS NOGUEIRA DA SILVA** nascido em 1960.08.25, natural de Póvoa De Varzim, portador de Bilhete de Identidade n.º 3993178 emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, em 2006.03.22, possui competências pedagógicas para exercer a profissão de **FORMADOR (M/F)**, conforme as que são definidas no respectivo perfil profissional.

Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., entidade certificadora competente ao abrigo dos Decretos Regulamentares 66/94, de 18 de Novembro e 26/97 de 18 de Junho.

Porto, 09 de Março de 2010

O Subdelegado Regional



(José Manuel Castro)

Certificado n.º EDF 46084/2003 DN

Válido de 2009.09.25 até 2014.09.25

Anexo C - Certificado Curso de Formação em Centros de Operações de Emergência


CERTIFICADO

A Universidade Moderna do Porto certifica que José Domingos Nogueira da Silva completou, **com aproveitamento**, o Curso de **Formação em "CENTROS DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA (2ª Edição)"**, que decorreu entre 16 de Abril e 21 de Maio de 2005, com uma carga horária global de 36 horas.

Por ser verdade e para constar onde convier, se passa o presente certificado, que vai ser assinado pelo Coordenador do Curso.

Porto e UMP, 21 de Maio de 2005

O Coordenador do Curso


(Prof. Doutor Artur Fernandes Costa)

Anexo D – Curso de Formação Inicial de Formadores/as Obtenção Certificação
Igualdade de Género

Certificado de Qualificações

Certifica-se que José Domingos Nogueira da Silva, nascida a 25/08/1960 de nacionalidade Portuguesa, sexo masculino, titular do BI nº 3993178, emitido pelo arquivo de Identificação de Lisboa, obteve certificação nas seguintes unidades do referencial:

Referencial de Formação	Horas	Formação de Formadores/as para obtenção da certificação ou especialização em Igualdade de Género
	6	Enquadramento Conceptual
	12	Igualdade de género
	36	Roteiros Temáticos de Género: Abordagem Social e Jurídica
	18	Metodologias de formação em igualdade e sugestões de operacionalização

Concluiu em 02-03-2010, o curso de Formação de Formadores/as para obtenção da certificação ou especialização em Igualdade de Género promovido pela **AidLearn**, Consultoria em Recursos Humanos, L.da., acção que decorreu de 18-01-2010 a 02-03-2010, com a duração total de 72 horas, tendo obtido a classificação final de **MUITO BOM**.



Ministério da
Educação



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

R. André de Gouveia, lote C, Loja A, 1750-027 Lisboa
NIPC: 506 785 424

1ª via do certificado
1/24

Anexo E – Exploração Pedagógica de Recursos Didáticos



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Avenida José Malhoa, 11 - 1099-018 Lisboa
Pessoa Colectiva n.º 501442600

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PORTO

Certificado de Formação Profissional

(Decreto-Lei n.º 95/92, de 23 de Maio e Decreto-Regulamentar n.º 68/94 de 26 de Novembro)
(Decreto-Regulamentar n.º 35/2002 de 23 de Abril)

Certifica-se que **José Domingos Nogueira da Silva**, natural de - Póvoa de varzim, nascido a 25 - 8 - 1960, portador do Bilhete de Identidade n.º 1539381, concluiu com aproveitamento o curso de

Exploração Pedagógica de Recursos Didacticos

que decorreu de 11-7-2009 a 29-7-2009, com a duração total de **35 horas**, tendo obtido a classificação final de **Muito Bom**.

Porto, 29 de Julho de 2009

O Director do Centro



GOVERNO DA REPÚBLICA
PORTUGUESA

POPH
POTENCIAL HUMANO



UNIÃO EUROPEIA

Certificado N.º DN-FPO//FF/2009

* Entidade acreditada pelo Instituto para a Inovação na Formação nos termos da Portaria n.º 782/97, de 29 de Agosto

Anexo F- Utilização do POWERPOINT para o Desenvolvimento de Produtos Interactivos para a Formação



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Avenida José Malhoa, 11 - 1099-018 Lisboa
Pessoa Colectiva nº 501442600

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PORTO

Certificado de Formação Profissional

(Decreto-Lei n.º 95/92, de 23 de Maio e Decreto-Regulamentar n.º 68/94 de 26 de Novembro)
(Decreto-Regulamentar n.º 35/2002 de 23 de Abril)

Certifica-se que **JOSÉ DOMINGOS NOGUEIRA DA SILVA**, natural de Póvoa de Varzim - Póvoa de Varzim, nascido a 25 - 8 - 1980, portador do Bilhete de Identidade nº 3993178, concluiu com aproveitamento o curso de

UTILIZAÇÃO DO POWERPOINT para o Desenvolvimento de Produtos Interactivos para a Formação

que decorreu de 5-2-2009 a 26-2-2009, com a duração total de **30 horas**, tendo obtido a classificação final de **Muito Bom**.

Porto, 26 de Fevereiro de 2009

O Director do Centro



GOVERNO DA REPÚBLICA
PORTUGUESA

POPH
POTENCIAL HUMANO



UNIÃO EUROPEIA

Certificado N.º DN-FPO/16/FF/2009

* Entidade acreditada pelo Instituto para a Inovação na Formação nos termos da Portaria n.º 782/97, de 29 de Agosto

Anexo G – Curso de Formação Profissional de Gestão de Empresa Agrícola –
Planeamento Controlo e Análise Investimento

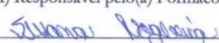
Certificado de Formação Profissional

Certifica-se que José Domingos Nogueira da Silva natural de Póvoa de Varzim nascido em 25/08/1960, com o N.º de Identificação Civil 3993178 válido até 30/01/2017, concluiu com aproveitamento o curso de Formação Profissional de Gestão da Empresa Agrícola - Planeamento, Controlo e Análise de Investimentos, em 09/05/2013, com a duração de 140 horas.

Unidades de Formação/Módulos/Outras Designações	Horas	Classificação 0..20
Análise de investimentos agrícolas com base em orçamentos anuais	8	16
Análise de investimentos agrícolas com base em orçamentos plurianuais	21	10
Apuramento de resultados: elaboração de orçamentos	14	11
Algumas técnicas contabilísticas	8	20
Análise da viabilidade financeira de projectos agrícolas	3	15
Conceitos fundamentais	6	14
Concepção de um sistema de contabilidade de gestão	8	20
Estrutura das empresas agrícolas e custos associados	14	18
Ferramentas de controlo de gestão	11	16
Introdução ao curso e preparação para a formação	1	-
Introdução aos projectos agrícolas e sua avaliação	3	14
Métodos contabilísticos	8	13
Planeamento da empresa agrícola a curto prazo com base em orçamentos	21	15
Os resultados da empresa	14	11
Nota Final		15

Porto, 28 de Junho de 2013

O(A) Responsável pelo(a) Formaconde - Formação Profissional, Lda.


 (Assinatura e selo branco ou carimbo da entidade formadora)
FORMACONDE Formação Profissional, Lda.

Anexo H – Título Profissional de Treinadores Golfe Grau III

Título Profissional

N.º: 75680
Validade: 21/01/2020



TREINADOR DE DESPORTO

Certifica-se que:

José Domingos Nogueira da Silva

portador do documento de identificação N.º: 1539381, no cumprimento do disposto na Lei N.º 40/2012, de 28 de agosto, possui a qualificação de Treinador/a de Desporto de :

Golfe - Grau III

Lisboa, 21 de Janeiro de 2015

O Presidente do Conselho Diretivo

(Augusto Baganha)

Informação adicional:

Anexo I – Curso Organização de Arbitragem e Direcção de Torneios Golfe Nível I



Certificado

Federação Portuguesa de Golfe

Por este meio se certifica que, no ano de 2008,

JOSÉ DOMINGOS SILVA

concluiu a formação teórica e prática em

*Organização, Arbitragem e Direcção de Torneios de
Golfe Nível I – Árbitro Regional*

com a carga horária de 140 horas e a classificação final de 15 valores

Lisboa, 30 de Março de 2009

Federação Portuguesa de Golfe

Manuel Agrellos

Presidente

Anexo J - Curso de Golf Adaptado



LA REAL FEDERACIÓN ESPAÑOLA DE GOLF CERTIFICA QUE

D. José Domingos Nogueira Silva

*Ha asistido al curso de Golf Adaptado impartido por el
Jugador Profesional Mr. Peter Longo
en:*

*el Centro Nacional de Golf de la R. F. E. G.
los días 15 al 17 de octubre de 2012*

Peter Longo
US PGA

El Presidente

Madrid, Octubre de 2012